



Instituto Politécnico  
de Castelo Branco  
Escola Superior  
de Artes Aplicadas



Faculdade de Belas-Artes  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# Acessibilidades na reabilitação de espaços na Zona Histórica de Castelo Branco

Mestrado em Design de Interiores

Cristiana Luzia Miranda da Silva

Orientador

Mestre Nelson Barata Antunes

Coorientadora

Doutora Ana Mónica Romãozinho

Outubro 2013



# Acessibilidades na reabilitação de espaços na Zona Histórica de Castelo Branco

Cristiana Luzia Miranda da Silva

## **Orientador**

Mestre Nelson Barata Antunes

## **Coorientadora**

Doutora Ana Mónica Romãozinho

Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco e Faculdade de Belas-Artes de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Design de Interiores, realizada sob a orientação do Mestre Nelson Antunes, do Instituto Politécnico de Castelo Branco e sob a coorientação científica da Doutora Ana Mónica Romãozinho, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

**Outubro 2013**



## Composição do júri

Presidente do júri

Doutor João Neves  
Escola Superior de Artes Aplicadas

Vogais

Doutor Bartolomeu Paiva  
Instituto Politécnico de Coimbra

Especialista Nelson Antunes  
Escola Superior de Artes Aplicadas



Gostaria de dedicar este projeto a todos os habitantes da Zona Histórica de Castelo Branco, em particular aqueles de mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como grávidas, crianças e os idosos.



A todos aqueles que contribuíram para a realização deste projeto, um muito obrigado, em especial ao Professor Nelson Barata Antunes e à Professora Ana Mónica Romãozinho pelo apoio persistente e constante.

Um obrigado ainda à Celina dos Santos Francisco e ao Luís Bandeira pela auxílio no levantamento das plantas e a todos os familiares e amigos pelo incentivo nos momentos mais difíceis.



## Resumo

Com este projeto pretende-se investigar e analisar os níveis de intervenção do Design de Interiores em edifícios públicos ou privados de carácter histórico para uma melhor intervenção. Atualmente, cada vez mais se valoriza o restauro, conservando a nossa história e cultura e há que estender esta prática aos interiores.

Procedemos a uma contextualização histórica, neste caso da zona histórica de Castelo Branco e respetiva evolução ao nível do conteúdo urbano e necessidades dos seus habitantes.

A escolha do espaço recaiu sobre uma habitação quinhentista e um espaço comercial situados na Rua Mouzinho Magro, visando-se deste modo não só estudar a vertente habitacional como também a comercial numa zona histórica.

Após uma pesquisa sobre estes parâmetros é efetuado o levantamento fotográfico e todas as medições necessárias para a realização das plantas.

A realização do projeto de ambos os espaços, implica a resolução de todos os problemas de acessibilidades e de construção encontrados ao longo do percurso, porque cada vez mais é necessário produzir design inclusivo e pensar em todos os cidadãos, principalmente nas pessoas com mobilidade condicionada, ou seja, pessoas que circulam em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como grávidas, crianças e os idosos.

Logo, visa-se com esta habitação dar resposta a todos estes parâmetros de modo a beneficiar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

## Palavras chave

Reabilitação, Conservação, Restauro, Castelo Branco, Design de Interiores, Acessibilidades



## Abstract

This project aims to investigate and analyze the intervention levels of interior design in public or private buildings with historic character for a better intervention, because increasingly thinking about restoration, preserving our history and culture.

It made a historical context, in this case the historic district of Castelo Branco, how come its development, not only at the structural level, but also at the level of needs of its inhabitants.

The choice of the space fell on cinquecentist housing, and commercial space located on the street Mouzinho Magro. This, not only to study the housing component, but also a commercial historic district.

After a search performed on these parameters is carried out the photographic survey and all measurements necessary for the realization of technical drawings.

Later, the realization of the project of both spaces, comes as the resolution of all problems of accessibility and construction found along the way, because it is increasingly necessary to inclusive design and think in all citizens, especially those with physical disability, or people in wheelchairs, unable to walk or people who cannot travel long distances, people with sensory difficulties, such as blind or deaf, and even those who by virtue of his journey of life, if present transiently conditioned, including pregnant women, children and the elderly.

So, with this habitation it is intended to give an answer to all of this parameters in order to benefit the quality of life of all citizens.

## Keywords

Rehabilitation, Conservation, Restoration, Castelo Branco, Interior Design, Accessibilities



# Índice geral

## Volume I

Índice de figuras.....	XI
Índice de tabelas.....	XII
1. Introdução.....	1
1.1.Motivação.....	1
1.2.Tema.....	1
1.3.Benefícios.....	1
1.4.Objetivos.....	2
1.5.Literatura relevante.....	2
1.6.Fatores críticos de sucesso.....	2
2.Objetivo do projeto.....	3
2.1.Faseamento do projeto.....	3
3.Enquadramento histórico de Castelo Branco.....	5
3.1.Contexto histórico.....	5
3.2.Contexto social.....	8
3.3.Inter-muralhas e áreas envolventes.....	9
4.Tipologias das habitações e arruamentos.....	11
5.Reabilitação e conservação do património.....	13
5.1.Património.....	13
5.1.1.Património em Portugal.....	13
5.2.Principais causas da degradação.....	13
5.3.Instrumentos legais para salvaguardar o património.....	14
5.4.Intervenção.....	16
5.5.Intervenções em espaços antigos.....	18
5.5.1.Apartamento em Bilbao.....	18
5.5.2.Habitação privada.....	19
5.5.3.Pousada Flor do Crato.....	20
6.Regulamento do plano de pormenor da zona histórica de Castelo Branco.....	23
7.Contribuição do design de interiores na reabilitação de espaços antigos.....	25
8.Atividades desenvolvidas e respetivas metodologias.....	26
8.1.Descrição da habitação.....	28
8.2.Descrição do espaço comercial.....	31
9.Investigação específica sobre acessibilidades.....	33
9.1.Acessibilidades na zona histórica de Castelo Branco.....	34
9.2.Habitação.....	34
9.3.Espaço comercial.....	35
10.Conceito e estruturação funcional.....	37
10.1.Habitação.....	37
10.2.Espaço comercial.....	40
11.Linguagem, materiais e acabamentos.....	44
11.1.Habitação.....	44
11.2.Espaço comercial.....	46
12.Conclusão.....	48
13.Bibliografia.....	49
14.Webgrafia.....	50
15.Webgrafia de figuras.....	51
16.Definições.....	52

Volume II

Apêndice A – Desenhos técnicos.....	1
Habitação Quinhentista, nº15, Rua Mouzinho Magro	
1. Planta de alterações	
2. Planta proposta mobilada	
3. Planta de zonamentos	
4. Planta de iluminação	
5. Planta de pavimentos	
6. Planta mobilada e pavimentada	
7. Planta de tetos	
8. Planta de mobilidade reduzida	
9. Planta cotada	
10. Corte A_B	
11. Corte C_D	
12. Corte E_F	
13. Corte G_H	
14. Corte I_J	
15. Corte k	
Espaço Comercial, Rua Mouzinho Magro	
1. Planta de alterações	
2. Planta proposta mobilada	
3. Planta de zonamentos	
4. Planta de iluminação	
5. Planta de pavimentos	
6. Planta mobilada e pavimentada	
7. Planta de tetos	
8. Planta de mobilidade reduzida	
9. Planta cotada	
10. Corte A_B	
11. Corte C_D	
12. Corte E_F	
13. Armário de armazenamento	
14. Armário de exposição 1	
15. Armário de exposição 2	
16. Balcão de atendimento	
Apêndice B – Caderno de encargos – Habitação quinhentista, nº15 Rua Mouzinho Magro.....	2
Apêndice C – Caderno de encargos – Espaço Comercial.....	3
Apêndice D – Folder – Habitação quinhentista, nº15 Rua Mouzinho Magro.....	4
Apêndice E – Folder – Espaço Comercial.....	5
Apêndice F – Estimativa orçamental – Habitação quinhentista, nº15 Rua Mouzinho Magro.....	6
Apêndice G – Estimativa orçamental – Espaço Comercial.....	7
Apêndice H – Decreto-Lei 163/2006, de 8 de Agosto.....	8
Anexo I – Decreto-Lei nº 140/2009, de 15 de Junho.....	9
Anexo II – Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Agosto.....	10
Anexo III – Decreto-Lei 13/1985 de 6 de Julho.....	11
Anexo IV – Decreto-Lei 107/2001 de 8 de Setembro.....	12

## Índice de figuras

Figura 1- Delineamento da muralha.....	9
Figura 2- Portais quinhentistas.....	11
Figura 3- Estruturas.....	16
Figura 4- Pavimentos.....	17
Figura 5- Limpezas.....	17
Figura 6- Arqueologia.....	18
Figura 7- Sala.....	18
Figura 8- Cozinha;.....	19
Figura 9- Quarto e casa-de-banho.....	19
Figura 10- Sala e cozinha.....	20
Figura 11- Quarto.....	20
Figura 12- Exterior.....	21
Figura 13 - Quarto e bar.....	21
Figura 14 - Corredor e salão de refeições.....	22
Figura 15 - Localização da Rua Mousinho Magro.....	26
Figura 16 - Levantamento da fachada.....	27
Figura 17 - Levantamento fotográfico.....	28
Figura 18 - Levantamento fotográfico.....	29
Figura 20 - Levantamento fotográfico.....	30
Figura 21- Maqueta habitação.....	30
Figura 22- Levantamento fotográfico.....	31
Figura 22 - Maqueta espaço commercial.....	32
Figura 23- Planta de acessibilidades.....	35
Figura 24- Planta atual.....	37
Figura 25- Planta proposta;.....	38
Figura 26 - Maqueta da habitação - 1ºandar.....	39
Figura 27 - Maqueta da habitação - 2ºandar.....	40
Figura 28- Planta atual.....	41
Figura 29 - Planta proposta.....	41
Figura 30 - Descrição do espaço.....	42
Figura 31 - Maqueta do espaço comercial.....	43
Figura 32 - Linguagem, materiais e acabamentos - 1ºandar.....	44
Figura 33 - Linguagem, materiais e acabamentos - 2ºandar.....	45
Figura 34 - Linguagem, materiais e acabamentos - espaço comercial.....	46



## Índice de tabelas

Tabela 1- Faseamento do projeto .....	4
---------------------------------------	---



# 1. Introdução

## 1.1. Motivação

A zona histórica de Castelo Branco tem sido perdida ao longo dos tempos, isto porque as pessoas tendem cada vez mais a morar fora das muralhas, onde ficam mais próximas de tudo aquilo que é necessário e onde os acessos estão mais beneficiados.

Para que tal não aconteça é importante a reabilitação desta zona, pois é uma zona de história e cultural. Reabilitação, esta, que não deve ser realizada sem uma pesquisa inicial sobre conservação e restauro, visto existir legislação que não permite determinadas execuções de projetos, porque alteram dados significantes da história.

Tal reabilitação já está a ser notada em certos sítios, graças à Câmara Municipal de Castelo Branco, mas é necessário ir mais além e criar um nível de vida adequado a quem lá mora. Para isso é preciso saber um pouco da história de Castelo Branco bem como a sua evolução e as necessidades de quem lá habita, na sua grande maioria, crianças e idosos.

Mas pensando em todos os cidadãos e não apenas num grupo, é necessário a promoção de acessibilidades tanto a nível interior como exterior dos edifícios, como elementos fundamentais na qualidade de vida de qualquer cidadão. Seja ele uma pessoa com mobilidade condicionada, pessoas com dificuldades sensoriais e, ainda, pessoas que por virtudes da vida se apresentam transitoriamente condicionadas.

É importante que cada vez mais se faça design inclusivo, ou seja, direcionado a todos os cidadãos, sejam eles saudáveis, ou com qualquer tipo de limitação. Só assim é possível garantir projetos eficazes em todas as situações.

Tema paralelo, em que tive de efetuar pesquisa, para a realização do projeto em que também tenho bastante interesse, é a reabilitação, pois cada vez mais se pensa em resguardar o nosso património, preservando assim a essência de cada terra, vila e cidade.

## 1.2. Tema

“Acessibilidades na reabilitação de espaços na zona histórica de Castelo Branco”.

## 1.3. Benefícios

O principal beneficiário deste estudo será o mestrando pois na sequência do mesmo foi possível desenvolver e melhorar muitas capacidades pessoais. A própria instituição de ensino que fica beneficiária do projeto, visto que fica com uma ideia para eventuais projetos.

A comunidade científica e académica também beneficiará, visto que terá ao seu alcance mais um estudo para aprofundar, ou mesmo encontrar novas soluções levando ao avanço do tema focado.

Ajudará também os possíveis estudantes que venham a explorar estudos na mesma matéria.

E, ainda, os habitantes da zona histórica de Castelo Branco porque ficaram com novas estruturas habitacionais e públicas que lhes garantam um melhor nível de vida.

E, quem sabe futuramente, pessoas de mobilidade reduzida, pessoas com dificuldades sensoriais e pessoas que devido ao seu percurso de vida apresentam transitoriamente condicionantes.

## 1.4. Objetivos

O objetivo do projeto é em primeiro lugar, dar cumprimento a uma exigência académica; o público-alvo será o júri examinador.

A quando da conclusão do projeto o mesmo será difundida para investigação na biblioteca do Instituto Politécnico de Castelo Branco na área do design de interiores. Esta eventualmente poderá também ser difundida em revistas da área que tenham particular interesse.

Quando apresentado o projeto, será apresentada à Câmara Municipal de Castelo Branco para uma possível execução futura.

## 1.5. Literatura relevante

O Programa Pólis (2000) – Plano Estratégico de Castelo Branco – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território permite perceber a evolução e de desenvolvimento nas últimas décadas do séc. XX, onde se assistiu em Portugal à expansão desqualificada das cidades, arrastando um vasto conjunto de problemáticas próprias desse processo. Reconhecida a importância em combatê-los, foi criado em 2000 o Programa Polis que constituiu uma estratégia de intervenção assente na requalificação urbana e valorização ambiental que veio alterar, transformar e “criar” cidade, gerando mudança e fomentando, na opinião pública, o interesse pelo bem comum e pelo território.

Os decretos-lei que permitem conceber de forma correta todos os espaços, neste caso específico são importantes os seguintes decretos-lei: Decreto-Lei nº 140/2009, de 15 de Junho; Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Agosto; Decreto-Lei 13/1985 de 6 de Julho; Decreto-Lei 107/2001 de 8 de Setembro.

O RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas permite a correta execução de novas edificações ou de quaisquer obras de construção civil, a reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição das edificações e obras existentes, e bem assim os trabalhos que impliquem alteração da topografia local, dentro do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para as sedes de concelho e para as demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização.

## 1.6. Fatores críticos de sucesso

Quanto aos fatores críticos de insucesso compreende-se na sua maioria com a falta de informação rigorosa em relação à contextualização histórica da cidade de Castelo Branco, visto existirem inúmeras contradições em relação à mesma.

Relativamente aos fatores críticos de sucesso começo por referir a motivação pessoal, pois este tema (acessibilidades na reabilitação) permitiu-me a aquisição de novos conhecimentos sobre uma área pela qual possuo um grande interesse visto que cada vez mais nos dias de hoje existe uma grande incisão nessa área do Design de Interiores.

## 2. Objetivo do projeto

A preferência pela realização de projeto de Mestrado em vez de estágio, deve-se ao facto da possibilidade de trabalho na área da reabilitação, área, essa, em que tinha imensa curiosidade de aprofundar as minhas competências, visto que *“cada vez mais a população em geral está sensibilizada na preservação da história e como tal nos edifícios que fizeram parte dela”*<sup>1</sup>.

Os centros históricos, como é no caso de Castelo Branco, constitui um desses lugares, onde a memória coexiste com as constantes mudanças que vão sendo efetuadas ao longo do tempo, sendo por isso importante a existência de regulamentação sobre o modo de intervir no seu tecido e nos imóveis, para que não se ponha em causa as necessidades atuais com os elementos antigos.

Como tal, pretendo uma evolução crescente de nível projetual como:

- Aprofundamento da componente conceptual ao nível da criação de espaços e respetivas ambiências, vem como, conhecimentos interdisciplinares, nomeadamente no âmbito da aplicação/criação/transformação e pormenorização de soluções construtivas ao nível das necessidades.
- Desenvolvimento da capacidade de comunicação, fundamentação e divulgação do projeto, domínio dos enquadramentos legais respeitantes a cada tipologia projetual e conhecimento da dinâmica organizacional das empresas de design de interiores e de construção.
- Aprofundamento das competências projetuais e de orientação de obra, na área do Design de Interiores, designadamente na comunicação oral, escrita e gráfica de projeto, na fundamentação teórica das opções projetuais e da capacidade de apresentação do projeto.
- Aprofundamento das competências de desenvolvimento de projeto, designadamente as relativas à aplicação de conhecimento de Legislação e execução de todas as fases de projeto até à sua execução.

Para além destes objetivos, tentarei também abordar características de determinados edifícios antigos, mais especificamente problemáticas de humidades e infiltrações e problemáticas térmicas e acústicas, bem como, problemáticas de acessibilidades.

### 2.1. Faseamento do projeto

Uma investigação é tanto mais eficaz quanto maior for o grau de precisão dos objetivos pré-definidos. Os meios tradicionais de investigação integram-se necessariamente numa estratégia geral que parte sempre da definição da metodologia escolhida. Respeitar as várias etapas tendo em conta a sua ordem é fundamental para uma correta solução técnica e criativa do produto final.

**1) Levantamento técnico** (Anexos I – Desenhos técnicos - Planta de alterações) e fotográfico da planta.

**2) Pesquisa/ Investigação:**

Pesquisa teórico-prática sobre os seguintes temas:

Reabilitação e Conservação no Design de Interiores – Zona Histórica de Castelo Branco; funcionalidades; ambientes; mobiliário; soluções existentes; legislação aplicável; questões de acessibilidades; materiais e elementos construtivos, etc, aplicados à tipologia em estudo.

**3) Estudo prévio – Desenvolvimento da proposta base:**

---

<sup>1</sup> Segundo dados das “Estatísticas da construção e habitação”, 2010, do Instituto Nacional de Estatísticas, I.P, Lisboa, 2011.

- Esboços que visualizem as opções de conceito do projeto, como: formas, funcionalidades, zonamentos, organização espacial, relações inter-espaciais, ambiências, mobiliário tipo, materiais, etc;
- Plantas e cortes de estudo do projeto base;
- Maquete.

**4) Anteprojeto - Definição e concretização de elementos: (Anexos I – Desenhos técnicos)**

- Plantas e cortes devidamente cotados e caracterizados com indicação de mobiliário, materiais e acabamentos de todo o projeto;
- Plantas de pavimentos e acabamentos;
- Plantas de iluminação;
- Plantas e cortes de tetos e/ou outros relevantes a uma clara e correta percepção e legibilidade do projeto.

**5) Projeto de execução:**

- Memória descritiva e justificativa;
- Pormenorização geral e particular das áreas de contacto com o público;
- Projetos dos equipamentos a criar.
- Cadernos de Encargos; (Anexos II e III)
- Caderno A4 (folder) de mobiliário, acabamentos, materiais e sistemas construtivos; (Anexos IV e V)

- Estimativa orçamental. (Anexos VI e VII)

**6) Apresentação:**

A apresentação será oral, com o apoio dos elementos do projeto e de um PowerPoint de apresentação do projeto.

**Tabela1 - Faseamento do projeto.**

	Dez 2011	Jan 2012	Fev 2012	Mar 2012	Abr 2012	Mai 2012	Jun 2012	Jul 2012	Ago 2012	Set 2012	Out 2012	Nov 2012	Dez 2012	+6 meses
Levantamento técnico;														
Pesquisa/Investigação;														
Estudo prévio – Desenvolvimento da proposta base;														
Anteprojeto - Definição e concretização de elementos;														
Projeto de execução;														
Entrega;														
Preparação da Apresentação;														
Apresentação.														

### 3. Enquadramento histórico de Castelo Branco

#### 3.1. Contexto histórico

A História da fundação de Castelo Branco não é muito clara, proliferam versões e lendas sobre as suas origens, logo para tal pesquisa baseei-me apenas num autor referido no site da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Como comprovam as escavações arqueológicas realizadas em 2008, sabe-se que esta região é habitada desde o Paleolítico, vestígios presentes no Museu de Castelo Branco, que revelam artefactos datados da pré-história.<sup>2</sup>

Depois da reconquista, em 1165, D. Afonso Henriques faz doar à Ordem dos Templos toda a região da Beira para povoamento e defesa dos infiéis, doação, esta confirmada em 1198, pelo seu filho D. Sancho I.

Castelo Branco, teve na sua origem dois aglomerados próximos, como rezam as crónicas, localizados a nascente e a sul de uma elevação marcante em todo o planalto envolvente, designada por Cerro da Cardosa. Castelo Branco veio a constituir o pólo unificador e de fixação dessas duas povoações, segundo consta, devido a uma epidemia que contribuiu para a sua deslocação para as áreas mais altas. A Cardosa era já no século XII o cruzamento de todos os caminhos que demandavam a Egitânia.

Um dos domínios rurais envolventes do Monte da Cardosa, onde existia um ajuntamento populacional, foi doado aos Templários por Fernandes Sanches, em 1209, não na totalidade, tendo-lhe vindo depois a ser concedida por D. Afonso II a posse integral da propriedade. O Templário Pedro Alvito concedeu-lhe foral ainda na primeira metade do séc. XIII. O domínio rural existente mais a sul, designado por Vila Franca da Cardosa que perdeu autonomia em 1255 e foi aglutinado por Castelo Branco de Moncarche, de seu nome inicial.

Quando as muralhas foram construídas pelos Templários no princípio do séc. XIII, estas incluíam quatro portas: Porta da Vila (à entrada da rua dos Ferreiros, vindo do Largo de S. João), Porta de Santiago (a Norte), Porta de Santarém (a Poente) e Porta do Espírito Santo (a Sul), no topo da Rua de Sta. Maria.

Em 1285, por ordem de D. Dinis, para permitir a expansão da população, foi levado a cabo o alargamento da cinta da Muralha e abertura de mais três portas: Postiguiinho de Valadares, Porta do Relógio e Porta do Postigo, de saída para a Rua do Poço das Covas.

Durante o séc. XIII apresentava-se uma sociedade de economia fechada dedicada à agricultura e pastorícia mas em regime de transição para um sistema produtivo e um sistema comercial com trocas diretas e pagamentos em géneros, assim como relações comerciais para além da vila, com pagamento de direitos de portagem sobre as mercadorias. Seguiu-se uma evolução para um sistema de economia artesanal, com manufatura de produtos diversos, e para a associação em corporações de artes e ofícios.

As feiras e mercados tiveram um papel primordial na economia local e regional, datando a mais antiga feira albicastrense de 1390 e, a partir de 1420, por ordem de D. João I, passou a existir em Abril uma feira anual com duração de quinze dias.

Em 1510, D. Manuel I concedeu o 2º Foral a Castelo Branco com pergaminho original, guardado hoje no Arquivo Municipal, e em 1535, D. João II concedeu-lhe o título de Vila Notável.

Castelo Branco herdou na região o papel da velha Egitânia, face à importância que assumiu como centro administrativo e de comunicação. Em 1523 a sua população situava-se entre 3000 e 4000 habitantes, ocupando 870 fogos.

Dentro da estrutura muralhada que constituía a Freguesia de Sta. Maria, a vila hierarquizava-se a partir da Praça Velha, hoje praça Luís de Camões e antiga Praça do Pelourinho, como centro cívico e

---

• <sup>2</sup> Gaspar, J. (2000) - Castelo Branco 2020. Câmara Municipal de Castelo Branco

económico desde finais do séc. XV. Nela se localizavam a “Domus Municipais”, de traça seiscentista e posteriores reconstruções até ao séc. XIX, e antes instalada na rua Nova desde 1481, o celeiro dos Templários e depois da Ordem de Cristo, o Pelourinho, a primeira residência do Bispo e o Mercado, no rés-do-chão de um edifício. A Capela de S. Brás, datada do séc. XVI, é considerada o primeiro santuário da Vila Medieval.

Em 1514 foi fundada a Misericórdia, por iniciativa do Rei D. Manuel.

Foram construídos fora dos muros os conventos dos frades Agostinhos (1526) e de St<sup>o</sup> António ou dos Frades dos Capuchos (1562), foi construída a Igreja de S. Miguel, atual Sé Catedral, e as Igrejas do Convento da Graça, de S. Marcos, de Nossa Sra. da Piedade e do Espírito Santo. Entre 1596 e 1608 foi mandado edificar o Paço Episcopal e Jardim envolvente pelo Bispo da Guarda, D. Nuno da Noronha, remodelado posteriormente. A posição do Paço Episcopal encostado a Norte da Muralha Medieval condicionou de alguma forma o crescimento urbano neste sentido.

Durante o séc. XVII ocorreu um novo período de alguma recessão económica, possivelmente relacionada com a expulsão de uma comunidade judaica existente, e com o facto de, em 1648, os castelhanos se terem apoderado temporariamente da Vila e do Castelo, altura em que incendiaram a Igreja de Sta. Maria do Castelo. No entanto é desta época que se conhece a instalação de uma indústria artesanal de lanifícios, com importância considerável durante o século seguinte. A indústria de extração de azeite era de carácter intermitente, havendo em 1655 seis lagares na área do concelho.

Também a concessão régia em regime de monopólio à área albicastrense para a fabricação de sabão, a partir do azeite e dos seus subprodutos, concedida no séc. XVI, estendeu-se até ao séc. XVIII.

A periodicidade de feiras e mercados aumentou com a criação de uma feira de S. João em 1641, e com a realização de mais cinco feiras entre 1641 e 1760, data a partir da qual passou a haver mercado no primeiro Domingo de cada mês.

Foi em 1711 que D. João de Mendonça procedeu à remodelação do Paço Episcopal e ao alargamento dos seus jardins e quinta ajardinada ligados pelo arco do passadiço. Os jardins do período barroco foram constituídos por jardins de buxo, escadarias, varandas, espelhos de água e estatuária com simbologia diversa.

Em 1771 no reinado de D. José I, o Marquês de Pombal concedeu a categoria de cidade a Castelo Branco, anterior vila, tendo como padroeira Nossa Senhora do Rosário, por decisão de sessão camarária em 1787.

Em 1794 existiam já duas freguesias, a de Sta. Maria do Castelo e a de São Miguel da Sé. Depois de uma redução do número de fogos de 1272 para 795 entre 1758 e 1786, surgiu um período de crescimento populacional lento.

A 20 de Novembro de 1807, as Invasões Francesas que seguiam a caminho de Lisboa chegaram a Castelo Branco. Os soldados ocuparam o Terreiro da Devesa e o general Junot instalou-se no Paço Episcopal. Calcula-se que tenham passado por Castelo Branco 36000 soldados até Janeiro do ano seguinte. A igreja de St<sup>a</sup> Maria do Castelo foi incendiada pela segunda vez, agora pelos Franceses, mas em 1810 as portas da muralha mantinham-se ainda intactas. A passagem das invasões francesas acompanhada de destruição conduziu a um novo período de recessão económica e mais tarde em 1856 e 1857 a cidade atravessou uma grave crise de falta de alimentos.

Em 1883, o governo, presidido por Fontes Pereira de Melo, decidiu construir o Caminho de Ferro da Beira Baixa, de Abrantes à Guarda, o que assumiu um papel significativo na abertura de novos horizontes para a agricultura, comércio e indústria de toda a região. Foi com grande entusiasmo que, em Junho de 1889, a população albicastrense recebeu a chegada da primeira locomotiva a Castelo Branco e a posterior extensão da linha até à Covilhã em 1891. Também a substituição dos tradicionais “caminhos de mulas” por estradas modernas, primeiro com a ligação a Abrantes em 1849 e à Guarda em 1864, veio contribuir para a maior transformação quantitativa e qualitativa até então ocorrida.

Para toda a região da bacia hidrográfica do rio Tejo, este manteve a sua importância como via de comunicação fluvial para transporte de mercadorias, pelo menos até 1924, apesar do papel entretanto assumido pelo caminho de ferro da Beira Baixa.

A anterior fundação em 1836 pelo Dr. José António Mourão, da Sociedade Civilizadora de Castelo Branco, com o intuito de animar as indústrias, o comércio, a agricultura, as letras e as ciências, marcou também o início da mudança.

De 1804 a 1900 não existe referência a centros produtores de seda pelo que se poderá concluir que a confeção das afamadas colchas de noivado de Castelo Branco, com origem no séc. XVII ou XVIII, seriam executadas com seda eventualmente proveniente de outras localidades.

Em 1892 foi fundada junto à estação uma fábrica de cortiça com projeção internacional pela exportação para Europa. No final do séc. XIX havia na cidade mais três fábricas de cortiça, duas fábricas de vapor de moagem de cereais e dois lagares mecânicos de azeite. Na exposição industrial portuguesa de 1888, em Lisboa, estiveram expositores da cidade e do concelho, apresentando principalmente produtos agrícolas.

O aparecimento do primeiro Jornal ocorreu em 1846, o serviço de transporte diário de correspondência em 1853 e o início do telégrafo elétrico entre Abrantes e Castelo Branco em 1858.

Do ponto de vista cultural é de salientar a instalação do Liceu em 1848, a fundação da biblioteca em 1864 pelo Dr. José António Mourão, com doação da sua própria coleção particular, aberta ao público em 1870. Foi também nesta época que foi instalado o quartel do regimento de Cavalaria 8 no Largo da Devesa.

A Câmara Municipal, depois de deslocada temporariamente da Praça Velha para o Largo da Sé, foi transferida definitivamente em 1935 para o Solar dos Viscondes de Oleiros, edifício civil do séc. XVII e até essa data residência da família Bartolomeu da Fonseca e seus descendentes Mesquitas e Albuquerque.

O Centro Cívico deslocou-se da Praça Velha para o Largo da Devesa onde já existia então o Quartel e onde desde 1904 funcionava também um cinema em instalações precárias. Desde 1904 que se conhece igualmente a existência de um estabelecimento permanente de fotografia.

De 10 de Abril de 1904 data ainda a fundação do Clube de Castelo Branco, conforme consta dos seus estatutos, vindo a substituir a anterior Agremiação Recreativa de 1870 com o mesmo nome.

No dia 10 de Abril de 1910 foi fundado o Museu de Castelo Branco por Francisco Tavares de Proença Júnior que veio a dar nome ao Museu e que o organizou, oferecendo grande parte dos seus objetos, tendo este vindo a tornar-se um Museu Regional por Decreto de 6 de Março de 1929, tendo um recheio de importantes objetos arqueológicos, coleção de numismática, peças de mobília e quadros do antigo Paço Episcopal, bem como as designadas “Tapeçarias de Raz” de fabrico flamengo dos finais do séc. XVI de extraordinário valor e peças de etnografia regional onde se incluem as conhecidas colchas de noivado de Castelo Branco.

Em 1916 as ruas de maior movimento eram as de Mouzinho Magro, (antiga Rua de Sta. Maria), de Alfredo Keil (antiga Rua dos Ferreiros), de Stº António e dos Prazeres. A Rua da Ferradura ainda não tinha ligação com o passeio público.

O solar dos condes de Portalegre, cuja origem remonta ao séc. XVII, e que foi residência da família Fonseca Coutinho entre 1743 e 1888, veio a ser mais tarde ocupado para a instalação do Governo Civil, reforçando o carácter de Centro Cívico entretanto adquirido pelo Largo da Devesa e envolvente.

Construiu-se também o Hotel Turismo, concluído em 1942, e que teve vida curta já que veio a ser demolido poucos anos mais tarde. A filial da Caixa Geral de Depósitos é igualmente de 1942, com projeto do Arquiteto Cristino da Silva. Foi igualmente construído um novo Mercado perto da Devesa e que anteriormente, em 1907, funcionava precariamente no r/chão de uma construção do séc. XVII, entretanto desaparecida da Praça Velha. O espaço deste Centro Cívico veio a atrair a instalação do novo Cineteatro Avenida, bom exemplo de Arquitetura Modernista (hoje totalmente recuperado após anos de abandono decorrentes de um incêndio), de algumas direções de serviços públicos e do novo edifício do Tribunal.

A criação de infraestruturas básicas da cidade começou a ser implementada com a regular iluminação pública a partir de 5 de Janeiro de 1905. A rede pública de telefone funciona a partir de 21 de Outubro de 1928.

O estudo hidrogeológico da envolvente de Castelo Branco reporta-se a 1895 e 1923, mas só em Dezembro de 1933 é que a água proveniente do Casal da Serra passou a ter sistema canalizado de

distribuição pela cidade. Foi a partir desta altura que o crescimento urbano se apresentou de uma forma mais contínua, nas áreas voltadas ao sol e protegidas dos ventos Norte, embora a expansão da estrutura urbana atual seja claramente determinada pela originária da época medieval.

Ao Centro Cívico chegaram nos anos 30 e 40 as grandes avenidas estruturantes da cidade nova: Av. Nuno Álvares, vinda da estação dos caminho-de-ferros, constituindo um importante eixo visual para o morro do Castelo; Av. Marechal Carmona, hoje Humberto Delgado; e Av. 28 de Maio, hoje, Av. da Liberdade. Ao longo destas e respetiva envolvente estabeleceu-se o principal comércio da cidade assim como edifícios públicos de importância urbana como é o caso do liceu Nuno Álvares com arquitetura do Estado Novo.

Hoje a cidade no seu crescimento para além das fronteiras referidas, estabeleceu focos importantes de urbanização, sendo atualmente uma cidade com equipamentos públicos fortes e diversos, realçando-se o Politécnico, o Hospital, o Estádio, a Piscina Municipal, dois bons hotéis e alguns restaurantes e bar, tal como menciona J. Gaspar em Castelo Branco 2020 no site da Câmara Municipal de Castelo Branco.

### 3.2. Contexto social

Segundo Ana Bela de Almeida Marques, elemento do Conselho Local de Ação Social de Castelo Branco, a zona histórica, sobretudo a que se encontra inter-muralhas, é uma zona com um nível de abandono acentuado face ao número de construções devolutas, embora ainda resida aí uma população de cerca de 1700 pessoas com bastantes crianças que justificam a manutenção da escola Primária. No entanto e para um universo de aproximadamente 1000 casas, o número de pessoas a viverem sozinhas ou apenas duas, como casais muito idosos ronda os 33 %, valor relativamente alto e que configura a necessidade de equipamento social ou apoio domiciliário.

Como já referi anteriormente na zona inter-muralhas reside uma população envelhecida, com carências diversas quer ao nível de uma qualidade urbana quer social, vivendo com dificuldades económicas. Apesar do envelhecimento desta importante área, as crianças ainda povoam este espaço, correndo pelas ruas ou “jogando à bola” em espaços mais amplos.

Fora das muralhas e porque a atividade económica é mais intensa e o uso do património edificado é mais variável, o quadro social e económico altera-se sendo clara uma melhoria das condições de vida, sentindo-se a centralidade da cidade e os seus aspetos culturais e económicos.

A atividade comercial na fronteira da Zona da Devesa sofreu há já alguns anos certos reveses de centralidade, fruto da apetência que as periferias da cidade criaram, provocando algum abandono de espaços comerciais de excelência e com este abandono uma desqualificação do quadro económico e social desta área central da cidade, situação que está em franca alteração.

O PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão, procura promover a inclusão de todos os residentes, garantindo o acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços, bem como promover a igualdade de oportunidades de participação social numa sociedade com melhor qualidade a maior coesão.

Constitui pois um instrumento que visa aprofundar a capacidade de atuar sobre as causas dos problemas e não apenas sobre as suas manifestações, intervindo quer sobre as estruturas institucionais, quer sobre as atitudes individuais, numa ótica de desenvolvimento do país.

A estratégia de Inclusão Social visa três prioridades políticas sendo elas - Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação; Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes;

O planeamento no domínio social é uma metodologia de investigação-ação que associa o conhecimento das especificidades dos problemas locais à intenção de provocar uma mudança social. Deste modo, o Plano de Desenvolvimento Social constitui um instrumento de definição conjunta e

negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local. Tem em vista tanto a produção de efeitos corretivos como também os efeitos preventivos gerados por um aumento da dinâmica institucional, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Pode-se dizer que o Plano de Desenvolvimento Social esboça o retrato de uma situação social realista, incluindo uma programação das etapas e estratégias a desenvolver para alcançar a os objetivos da situação.

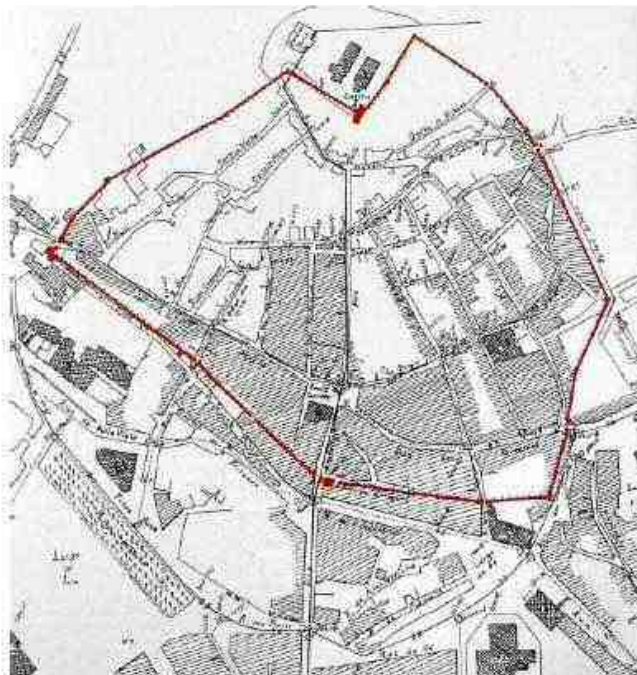
Este Plano orienta, assim, as respostas às necessidades individuais e coletivas, procurando vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social do Concelho. Torna-se, portanto, necessária uma conjugação das políticas sociais da saúde, da educação, do emprego, da ação social e outras, dentro de uma conceção de desenvolvimento do território que contemple uma visão global.

### 3.3. Inter-muralhas e áreas envolventes

Como menciona **Neves, A.O. (1996)** no PEC – Plano Estratégico da Cidade de Castelo Branco no site Câmara Municipal de Castelo Branco, de meados do século XIII até finais do século XV, o aglomerado apresenta um ordenamento de carácter militar.

Depois de um período estacionário vem a manifestar-se no século XVI uma evolução significativa do aglomerado, em que a muralha já concluída assume claramente a importância na defesa fronteiriça e apresenta alguma imponentia com as suas cinco torres, Torre de Menagem, a Alcáçova e o Paço.

Com a degradação da muralha e castelo, deu-se a expansão da Vila para fora da muralha, no sentido da Igreja da S. Miguel e envolvente. Em 1700 a comarca de Castelo Branco abrangia 21 vilas e uma importância significativa em toda a região, desde a Serra da Estrela ao Rio Tejo. Desta importância resultou a criação pelo Papa Clemente XVI, em 15 de Abril de 1771, da Diocese de Castelo Branco, por desdobramento da Diocese da Guarda. Só cem anos mais tarde, em 1881, o Bispado foi extinto e a sua área de jurisdição dividida pelas Dioceses da Guarda e de Portalegre.



**Figura 1-** Delineamento da muralha.

No final do séc. XVIII ocorreu uma nova expansão além muralhas, no sentido da Fonte Nova, Oleiros e S. Sebastião, começando a estruturar-se novas áreas do tecido urbano, sempre relacionadas

com a presença da água ou a existência de fontanários, (exemplo do poço do Largo de S. João, do poço na Pá Queijada e do chafariz do Largo de S. Marcos).

## 4. Tipologias das habitações e arruamentos

De meados do século XIII até finais do século XV, o aglomerado apresenta um ordenamento de carácter militar, de ruas estreitas desde a muralha da alcáçova, de construções ritmadas, portas largas de loja para arrumação do cavalo e de porta estreita para acesso o andar de habitação do cavaleiro e sua família, tal como menciona o Livro “Casas Quinhentistas” de 2010.

Castelo Branco tem uma Zona Histórica repleta de belos portados quinhentistas e um tecido urbano que pouco se alterou, apesar dos episódios bélicos a que a cidade esteve sujeita, permitindo, ainda hoje, uma leitura bastante clara. Tem, ainda, modelos de habitação com características existentes em parte da arquitetura doméstica do resto do País. Trata-se de uma arquitetura de poucos recursos que, em muitos casos, é dotada de decoração.



Figura 2- Portais quinhentistas.

As dimensões são frequentemente exíguas, os materiais e as técnicas construtivas são pouco requintadas e não há lugar para o supérfluo, resumindo-se as particularidades dignas de registo ao trabalho de cantaria e dos lintéis de portadas. O carácter repetitivo permite à casa corrente contribuir de forma importantíssima para a definição da imagem da cidade, ocupando a quase totalidade do espaço urbano edificado. Para além disso, a casa corrente medieval é um excelente testemunho das necessidades e atividades sociais e profissionais do homem de então.

Nos elementos que caracterizam o exterior das casas de Castelo Branco, há uma clara correspondência, como já foi dito anteriormente, aos de várias outras vilas e cidades do País.

A simplicidade da morfologia da habitação e a exiguidade das suas dimensões acabam por condicionar certas soluções, impondo modelos que, com maior ou menor variação, se vão repetindo em famílias tipológicas.

É nos lintéis das portadas e janelas que surgem pormenores decorativos com motivos em alto e baixo-relevo. Indicadores do ofício ou do desafogo económico e estatuto social do habitante, são preciosos registos da sua época.

Ainda em termos de caracterização exterior da habitação, pode referir-se a presença constante do beiral que, de resto, segue as diretrizes da arquitetura corrente em Portugal.

## 5. Reabilitação e conservação do património

### 5.1. Património

*“ (...) O património arquitetónico europeu é constituído, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem.”*

*“Durante muitos anos, apenas os monumentos de maior relevância foram protegidos e restaurados, sem ter em conta o contexto envolvente. Ora estes monumentos podem perder uma grande parte do seu carácter se a sua envolvente próxima for alterada. Por outro lado, os conjuntos edificados, mesmo na ausência de edifícios excecionais podem apresentar uma especial atmosfera que os qualifica como obras de arte diversificadas e articuladas. Estes conjuntos devem, pois, ser conservados, tal como se apresentam (...).”<sup>3</sup>*

#### 5.1.1. Património em Portugal

O património em Portugal regesse por um conjunto de normas estabelecidas pelo IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, na dependência do Ministério da Cultura. Nele estão classificados:

- 359 Bens imóveis (monumentos, conjuntos ou sítios) classificados em todo o território português
- 791 Edifícios classificados como Monumentos Nacionais
- 2 096 Edifícios estão classificados como imóveis de interesse público
- 448 Edifícios estão classificados como imóveis de interesse municipal
- 13 Classificações de Património Mundial inscritas na lista da UNESCO.

### 5.2. Principais causas da degradação

Entre os vários componentes da construção, as janelas são aqueles que mais sujeitos estão a anomalias devidas à ação da humidade.

A humidade de precipitação é obviamente a que assume maior relevância, ainda que não seja de excluir a ocorrência de situações patológicas derivadas das humidades de construção, de condensação e devida à higroscopicidade dos materiais.

A inexistência ou um funcionamento deficiente de dispositivos – caleira e drenos – é também inconveniente do ponto de vista da humidade de condensação, sobretudo no caso da caixilharia em madeira. Tendo em conta os mecanismos da formação das condensações, será nos vidros das janelas que as condensações superficiais ocorrerão mais frequentemente e com maior intensidade, tornando-se necessário assegurar que a água recolhida, não fique retida junto às travessas inferiores dos caixilhos, para que não as possa humidificar em permanência e proporcionar a sua deterioração.

Outros elementos secundários, tais como portas exteriores e interiores, os elementos de cerramento dos vãos exteriores (persianas, portadas, etc.), as guardas e lanternins, podem ser atingidos por anomalias de tipos semelhantes aos das janelas.

O envelhecimento e degradação dos materiais também são propícios à criação de humidade, para tal é necessária a utilização de bons materiais bem como de acabamentos específicos.

<sup>3</sup> Carta Europeia do Património Arquitetónico - Conselho da Europa, Estrasburgo, 26 de Setembro de 1975

Os revestimentos de paredes são os primeiros a sofrer degradação visível, devido à sua exposição e função de proteção. Normalmente, a reabilitação consiste na remoção do revestimento antigo e na sua substituição por um, o mais semelhante possível, com uma camada de verniz.

A principal causa da degradação das paredes antigas é a água. Como tal, uma das técnicas bases é aumentar a impermeabilidade dos revestimentos exteriores.

As paredes antigas tinham um funcionamento muito diferente das atuais, visto que eram constituídas por materiais mais porosos e menos resistentes, mas com varias funções, incluindo a estrutural.

A reparação de revestimentos em cal exige um domínio das técnicas de cal e mão-de-obra especializada, com recurso, por vezes, a conservadores e restauradores. Nem sempre este tipo de trabalho exige um elevado custo, apenas tem de ser bem mencionado no caderno de encargos.

Também é necessária uma escolha sábia de tinta, visto que nem todas são compatíveis com argamassas de cal.

Sempre que possível as intervenções devem ser pensadas no sentido da preservação e caso não seja possível é que se deve partir para a ideia de substituição dos elementos danificados, mas sempre substituindo-os por elementos iguais ou o mais semelhante possível. (Maria Rosário Veiga, 2006)

### 5.3. Instrumentos legais para salvaguardar o património

**Carta de Atenas de 1931** – “Carta para o Restauro de Monumentos Históricos”:

- Os restauros, quando inevitáveis, deverão respeitar a obra histórica e artística do passado, sem excluir estilos de qualquer época;
- A utilização dos monumentos deve respeitar o seu carácter histórico ou artístico;
- O interesse da coletividade sobrepõe-se ao interesse privado. Deve ter-se em conta o sacrifício acrescido, exigido aos proprietários, na ótica da preservação do bem comum;
- O carácter e a fisionomia das cidades devem ser respeitados, sobretudo na proximidade de edifícios antigos;
- Nas condições de vida moderna os monumentos estão cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos, pelo que é necessária a colaboração dos especialistas: físicos, químicos e biólogos;
- O emprego de materiais modernos na conservação de uma ruína deve ser sempre passível de reconhecimento;
- Quando se mostrar impossível a conservação de ruínas postas a descoberto por escavações, é aconselhável enterrá-las de novo, para evitar degradação;
- A conservação dos monumentos exige uma cooperação intelectual universal e deverá constituir um objetivo educacional para a juventude;
- A proteção e conservação dos monumentos exigem normas jurídicas adaptadas a cada país.

**Carta de Veneza de 1964** – “Carta Internacional sobre Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios”:

- O restauro [...] destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos;
- Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, admite-se o recurso a outras técnicas modernas de conservação e de construção, desde que a sua eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida por experiência;

- A unidade de estilo não deve constituir um objetivo a alcançar no decurso de um restauro. Pelo contrário, devem ser respeitados os contributos válidos das diferentes épocas de construção;
- Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se, sempre, das partes originais;

**Carta Europeia do Património Arquitetónico de 1972”:**

- Considera-se conjunto histórico, todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogéneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações. Entende-se por salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento.

**Carta de Vera Cruz de 1992** – “Critérios para a política de atuação em Centros Históricos da América Latina”.

**Carta de Cracóvia de 2000** – “Princípios para a Conservação e Restauro de Património Construtivo”:

- A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro a renovação e a reabilitação;
- A conservação do património construído é executada de acordo o projeto de restauro, que deve incluir uma estratégia para a preservação a longo prazo;
- Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o verdadeiro estilo;
- Qualquer intervenção que afete o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem;
- O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade;
- A decoração arquitetónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projeto específico vinculado ao projeto geral de restauro;
- As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal;
- As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas á investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado.

**Lei 13/1985 de 6 de Julho, Lei de Base do Património Cultural Português.**

**Lei 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.**

## 5.4. Intervenção

É fundamental intervir com originalidade, autenticidade, e a reversibilidade de intervenção, vem como, a adaptabilidade segundo a espacialidade e a funcionalidade do edifício, tendo em conta a sua importância e valor patrimonial<sup>4</sup>.

Existe inúmeras situações onde se pode intervir:

- Estruturas;
- Paramentos;
- Pavimentos;
- Limpezas;
- Argamassas;
- Caixilharias e vãos;
- Equipamentos;
- Dissonâncias;
- Arqueologia.

### Estruturas

Recuperar e/ou reabilitar as estruturas existentes sempre que possível, de modo a manter a originalidade do edifício, substituindo assim, elementos em mau estado por novos com iguais características.

As novas estruturas e a fixação de novos elementos terão de se articular de forma flexível com as preexistentes, sendo necessária a respetiva consolidação e preservação, usando materiais com as mesmas características nos pontos de contacto, para manter a originalidade do edifício. As fixações deverão ocorrer sempre nas juntas, nunca recorrendo à perfuração da alvenaria de pedra.



Figura 3- Estruturas.

### Parâmetros

Na recuperação de paredes existentes, estas terão de ter em consideração a estereotomia da pedra para que esta seja igual à existente. Caso se opte por deixar a pedra à vista, terá de se verificar o seu estado de conservação.

Nunca recorrer à utilização de argamassas à base de cimento para rebocos refechamento de juntas e outras aplicações.

### Pavimentos

---

• <sup>4</sup> Appleton, João (2003) - Reabilitação de Edifícios Antigos. Patologias e tecnologias de intervenção - Edições Orion.

No caso de pavimentos em pedra, estes deverão ser limpos através de técnicas adequadas, não abrasivas, preservando o material

No caso de pavimentos em madeira, estes deverão ser substituídos por outros do mesmo tipo.

Em pisos térreos, é necessário criar condições para evitar humidades, através da caixa-de-ar e materiais impermeáveis.



**Figura 4-** Pavimentos.

### **Limpezas**

A limpeza deve ser sempre realizada através de métodos muito pouco agressivos, como micro jatos de areia e alumina, argilas, polpa de papel e outros materiais gelificantes com água ou com poucos dissolventes, ultrassons e laser.



**Figura 5-** Limpezas.

### **Argamassas**

Não aplicar argamassas de cimento em edifícios antigos, porque é prejudicial para estes.

### **Caixilharia e vãos**

As caixilharias deverão ser executadas com desenhos idênticos às pré existentes.

### **Equipamentos**

Os equipamentos devem cumprir as leis da mobilidade, podendo ser reversíveis e de fácil manutenção, sendo inseridos no espaço, mas sem alterar o degradar o existente.

### **Dissonâncias**

A localização das caixas de serviço devem, sempre que possível, ser mantidas dentro do imóvel, caso não seja possível, devem passar por caixas conjuntas e integrar-se o máximo possível na fachada.

No caso das caixas de correio, estas deverão ser colocadas pelo interior da porta, apenas com uma ranhura para o exterior.

### **Arqueologia**

Qualquer intervenção que preveja trabalhos de remoção de solos, em imóveis classificados ou em vias de classificação, e nas respetivas zonas de proteção, está sujeita obrigatoriamente à realização de trabalhos arqueológicos prévios.



Figura 6- Arqueologia.

## **5.5. Intervenções em espaços antigos**

### **5.5.1. Apartamento em Bilbao**

Na continuidade da sustentabilidade existem alguns projetos de arquitetura e design de interiores, como é caso de um apartamento em Bilbao, em Espanha, com a assinatura do designer de interiores Mikel Larrinaga.

O designer fez questão de manter as estruturas arquitetónicas originais do imóvel, repaginando-as sem destruir quase nada do que já existia. Paredes com tijolos aparentes pintados de branco e tetos com as vigas horizontais também aparentes e pintadas no mesmo tom, que dão um toque rústico ao ambiente. Para conseguir tal efeito, o teto da sala foi removido, aumentando a altura do pé-direito do apartamento. As paredes também foram derrubadas para dar lugar a ambientes agora integrados ou separados por portas de correr ou então apenas delimitados por aberturas, pilares e móveis.



Figura 7- Sala.

"Queríamos transmitir autenticidade. Então, derrubamos algumas paredes de tijolos para deixar a morada com um toque industrial, retirando, inclusive, o teto falso para expor as vigas antigas. Esse, por

sua vez, foi pintado de branco, com o intuito de deixar o ambiente claro e refletir a luz natural, dando um sentido homogêneo e harmonioso ao espaço”<sup>5</sup>

O arquiteto também priorizou móveis e acabamentos de qualidade, como o piso de carvalho, que recebeu uma demão de verniz fosco, suavizando os tons nórdicos presentes no mobiliário vintage e em luminárias do século 20.

Relativamente à paleta de cores, esta neutra presente nos móveis, objetos e revestimentos, os interiores têm umas letras coloridas com a palavra “hot” nas paredes da sala. Ícones de design fazem-se notar: quatro cadeiras brancas do casal Ray e Charles Eames e a mesa Saarinen na sala de jantar; poltronas Florence Knoll na sala; duas cadeiras Tulipa, do mesmo Eero Saarinen; e tapetes de pele de animais e um sofá com estampa retrô inspirado nas obras de Piero Fornasetti, que fica entre duas mesinhas que receberam, cada uma, um abajur com base vermelha e cúpula azul.



**Figura 8-** Cozinha.

Já nos ambientes privativos, como a suíte, a sensação de acolhimento é reforçada com os tons terrosos das paredes do quarto e do papel de parede da casa de banho. Inusitada, uma das cabeceiras remete a três portas que, na verdade, são uma tela com três folhas pintadas de rosa pálido, de Paulo Ziaresolo.



**Figura 9-** Quarto e casa-de-banho.

### 5.5.2. Habitação privada

A habitação na Rua do Norte, no Bairro Alto em Lisboa é um exemplar dos finais do século XV, início do século XVI, que em tempos foi habitada pela família da proprietária, e que com o passar do tempo decidiu não se desfazer da casa e tomou a opção de reabilitá-la, por se tratar de um espaço com história e pormenores dignos de recuperação.

<sup>5</sup> Designer de interiores Mikel Larrinaga

O Bairro Alto é um bairro antigo e pitoresco no centro de Lisboa, com ruas estreitas e empedradas, casas seculares, pequeno comércio tradicional, restaurantes e locais de vida noturna.



Figura 10- Sala e cozinha.

Desenvolvida pela empresa InSuites, os objetivos foram logo delineados em conjunto numa primeira fase para que o sucesso do projeto fosse contemplado. A proprietária da habitação tinha à partida a ideia já estabelecida acerca do que queria da casa: manter as madeiras características, proporcionar mais luz natural, modernizar, criar funcionalidades e acima de tudo, manter a história centenária.



Figura 11- Quarto.

### 5.5.3. Pousada Flor do Crato

A Pousada do Crato, localizada em pleno Alto Alentejo da autoria de Carrilho da Graça, está instalada no antigo Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa.

D. Álvaro Gonçalves Pereira, Grão-Prior do Hospital e pai de D. Nuno Alvares Pereira, mandou erigir o edifício no século XIV.

Neste importante monumento gótico nacional, respira-se o espírito dos tempos medievais em cada canto, remetendo-nos aos tempos de construção de uma nação.

Este hotel de luxo no Crato, é um exemplo da recuperação de um edifício Histórico aos tempos modernos, sem perder o ambiente conventual, calmo e tranquilo.



**Figura 12-Exterior.**

Da autoria do Arquiteto Português Carrilho da Graça, nesta Pousada encontramos um conjunto de edifícios distintos, construídos em épocas distintas, como o Paço acastelado gótico, uma igreja Gótica Manuelina e ainda compartimentos Conventuais Renascentistas e mudéjares.

A Pousada está dotada de 24 quartos, sendo que três destes ficam situados na torre do mosteiro, oferecendo aos seus hóspedes o conforto da hotelaria moderna - TV Cabo, ar condicionado e minibar.

Os quartos da zona do Convento são todos distintos na sua forma e na sua configuração, tendo como elemento comum o charme e a comodidade.

Na parte nova deste Hotel Design contemporâneo, os aposentos são luminosos e de decoração moderna, em que predominam as cores acolhedoras e o mobiliário de madeira escura.

No exterior, existe uma piscina, com um terraço soalheiro, que permite aos seus hóspedes a um momento calmo e refrescante para repor as energias, ouvindo os sons da planície alentejana.



**Figura 13 - Quarto e bar.**

A riqueza da gastronomia Alentejana não poderia faltar, no Restaurante da Pousada, onde se destacam os pezinhos de coentrada, Coentrada de Cação ou Ensopado de Borrego. Estes pratos, acompanhados de um belo vinho da Região do Alentejo, são uma autêntica complacência aos prazeres da vida.



**Figura 14** - Corredor e salão de refeições.

## 6. Regulamento do plano de pormenor da zona histórica de Castelo Branco

Para o desenvolvimento de um projeto que se insira na zona de intervenção estipulada, é necessário conhecer e respeitar a legislação existente nacional e europeia. No entanto, cada cidade estipula as suas leis que regulam a intervenção, as que se seguem foram estabelecidas para os exteriores das habitações situadas na zona histórica de Castelo Branco, pois a fachada é o principal componente que dita uma arquitetura e uma época e é imprescindível.

### Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

#### Artigo 25º

##### Disposições gerais sobre acabamentos exteriores

A reabilitação, conservação e reconstrução dos edifícios existentes, bem como a construção de novos edifícios, deverá sujeitar-se às seguintes regras:

**a) Coberturas em imóveis existentes** – deverão ser em telha de canal, de cor vermelha, aplicadas diretamente sobre estrutura de madeira, *onduline*, laje de esteira, poliestireno extrudido ou outro isolante. Os beirados deverão ser os tradicionais, simples, duplos ou triplos.

No caso de uso de laje de esteira na cobertura, esta não poderá avançar para fora do alinhamento das fachadas anterior e posterior;

**b) Coberturas em obras novas** – poderão ser também em telha ou noutro material ajustado a um centro histórico (chapa de zinco mate, cobre, tijoleira ou terra vegetal);

**c) Rebocos exteriores em imóveis existentes** – deverão ser realizados com argamassas bastardas, com ajustado traço de cal, devendo ser pintados com leite de cal ou tintas de água.

Não se autorizam rebocos areados a cimento, tirolês ou tintas areadas.

**d) Rebocos exteriores em obras novas** – poderão ser realizados com argamassas sintéticas, afagadas, devendo ser pintadas com tintas plásticas ou acrílicas, não sendo de autorizar monomassas areadas ou tintas areadas;

**e) Cantarias, soleiras e peitoris** – em construções existentes, as cantarias não poderão ser pintadas e, no caso de se proceder a alguma substituição, esta deverá ser realizada segundo os pormenores atuais, não sendo de autorizar a placagem como substituição. As soleiras das portas serão sempre em pedra maciça da região. Os peitoris deverão ser em madeira pintada;

**f) As cores a aplicar nos rebocos** deverão ser em tons de pastel, de preferência usando-se o branco e os ocres;

**g) As caixilharias exteriores em imóveis existentes** deverão ser em madeira pintada, sendo possível o uso de duplas janelas interiores, por detrás das colocadas no vão (em alumínio lacado ou PVC), para melhor isolamento, mas só nas faces interiores das paredes interiores e contendo apenas

um vidro por folha e com caixilho à cor natural da madeira. Estas madeiras deverão manter o desenho original e deverão ser construídas em madeira, pintadas ou envernizadas;

**h)** São proibidos estores exteriores, sendo de aplicar portadas interiores imediatamente atrás dos caixilhos exteriores;

**i) Varandas** – deverão ser recuperadas as existentes em madeira ou lajes de granito de frisos diversos, o gradeamento em ferro forjado deverá ser pintado em tinta esmalte mate; se este for em madeira, esta deverá ser envernizada ou pintada a tinta de esmalte. Não serão permitidas as varandas em betão armado, de grande balanço ou gradeamento em alumínio;

**j)** Os equipamentos técnicos como, por exemplo, os dispositivos de ar condicionado, não poderão ser colocados nas fachadas, salvo se propuserem soluções francamente ajustadas técnicas e arquitetonicamente;

**l)** A colocação de painéis de aquecimento solar nas coberturas dos edifícios será apreciada caso a caso, dependendo a sua aprovação da apreciação realizada pelos serviços competentes;

**m)** As obras novas podem introduzir novos materiais e novas técnicas desde que devidamente acauteladas as regras de integração e valorização cultural;

**n) Publicidade** – esta deverá obedecer as regras definidas por projeto específico;

**o)** As obras de reabilitação, conservação, restauro ou reconstrução ou obras novas deverão cumprir o expresso no Decreto – Lei nº 426/89, 6 de Dezembro (diploma que aprova as medidas cautelares de segurança contra riscos de incendio em centros urbanos antigos).

## 7. Contribuição do Design de Interiores na reabilitação de espaços antigos

O Design de Interiores abrange as mais diversas áreas desde o design habitacional, passando pela criação de espaços comerciais (bares, restaurantes, lojas, etc), reabilitação de espaços sociais, construção de cenários e espaços sazonais ou expositivos. Sempre com a capacidade de organização do espaço e da forma, a gestão de áreas e funções, os materiais e sistemas de construção e as condições técnicas e legais.

*“O designer exerce uma atividade projetual – que incorpora e produz inovação – destinada a estabelecer as qualidades formais e funcionais de objetos, espaços, processos, serviços, sistemas e mensagens, tendo em conta a interação do homem e considerando o ciclo de vida completo (...)”*<sup>6</sup>

A procura de respostas a problemas individuais e coletivos tal como pontos de equilíbrio, faz do design de interiores uma ponte entre a arquitetura e o bom gosto, criando ambientes adequados ao desenvolvimento quotidiano e estabelecendo uma vertente estética e funcional.

Atualmente existe, ainda, muito património a reabilitar devido à noção tardia da importância da herança patrimonial existente no nosso País. Logo, a contribuição do design de interiores passa pela manutenção e reinterpretação do espaço, adaptando o espaço às necessidades atuais.

---

<sup>6</sup> Associação Portuguesa de Designers

## 8. Atividades desenvolvidas e respectivas metodologias

O projeto desenvolvido situa-se num edifício da Rua Mouzinho Magro. Trata-se de uma habitação e de um espaço comercial.



**Figura 15 - Localização da Rua Mouzinho Magro.**

Esta habitação é dividida em três pisos, dois dos quais fazem parte do meu projeto o segundo andar e o terceiro andar (sótão). O rés-do-chão e o primeiro andar faz parte do projeto do Luís Bandeira, também aluno do último ano de mestrado.



**Figura 16 - Levantamento da fachada.**

No decorrer do projeto foi necessário o desenvolver de diversas atividades paralelamente à pesquisa e da realização do projeto em si.

Numa primeira fase fez-se o levantamento fotográfico do espaço, bem como, a avaliação do estado em que se encontrava a habitação. Foram avaliados os materiais, o espaço residencial, elementos construtivos, localização, história, etc.

Numa segunda fase partiu-se para a elaboração do desenho técnico à mão levantada para o levantamento real no local, recorrendo a métodos e auxiliares de medição, possibilitando a realização correta do desenho técnico.

O método utilizado para as medições foi a triangulação, para um correto levantamento, tendo em conta o espaço ligeiramente irregular. Devido à dificuldade de obter as medidas exatas, devido ao estado de degradação das paredes, pavimentos, etc, foram necessárias várias visitas para, assim tirar as medições mais exatas possíveis.

Numa terceira fase, realizou-se a planta em formato AutoCAD, para, então, partir para a parte criativa.

## 8.1. Descrição da habitação

O acesso ao segundo andar é feito por duas escadas. A primeira escadaria, sendo esta de acesso às duas habitações, é em madeira que dá acesso do rés-do-chão ao piso um, com uma boa acessibilidade, visto ter um 1.20m de largura e com um corrimão de apoio. Paredes em estuque, bastante danificadas.

A segunda escada, já pertencente à habitação do piso dois, é em madeira que dá acesso do piso um ao piso dois, um pouco mais conservada que a escadaria anterior, mas com dificuldade de acesso, visto ser uma escadaria com cerca de 1m de largura e com uma inclinação demasiado acentuada.

A parte de trás da habitação é toda ela percorrida por uma varanda exterior, cuja passagem para esta pode ser feita através de três portas distintas. A primeira de acesso ao corredor, a segunda de acesso à sala e a terceira de acesso à cozinha.

Cozinha, esta, com cerca de dez metros quadrados, muito danificada, com teto em madeira, também ele em mau estado, saída de fumo e bancadas em pedra natural.

Ao sair da cozinha deparamo-nos com um corredor com acesso à despensa, casa de banho, quartos e escadas para o sótão, onde estas mesmas escadas o atravessam através de volumétricas em madeira pintada de bege. A despensa tem apenas dois 2.60m quadrados e a casa de banho cerca de 4.80m quadrados, andas as divisões com paredes feitas em gesso cartonado. Casa de banho com ventilação natural, com paredes e pavimento revestidos a cerâmica.

A escada em madeira que dá acesso ao sótão, tem cerca de 0.60m de largura e sem qualquer tipo de iluminação e paredes em estuque, com muita humidade.

O corredor de acesso aos quartos com teto e pavimento em madeira onde em certos sítios está alcatifada. Duplas portas de passagem, também elas em madeira e paredes em estuque.



**Figura 17 - Levantamento fotográfico.**

Existe uma varanda interior situada no corredor, com guarda em madeira bastante insegura, e com vista para as escadas de acesso do piso um ao piso dois.

Teto em masseira de um dos quartos, todo ele em madeira, com bastante humidade. Este teto, será reconstruído com as suas devidas alterações para melhor se adequar ao espaço.

Varanda de um dos quartos com vista para a fachada principal, com gradeamento trabalhado em metal que será mantido no projeto, apenas levará um tratamento para melhor conservação.

Porta de acesso da varanda das traseiras da casa para a cozinha, em madeira e com ombreiras em pedra natural. Porta bastante danificada devido à falta de tratamento da madeira, tal como todas as portas de acesso ao exterior.



**Figura 18 - Levantamento fotográfico.**

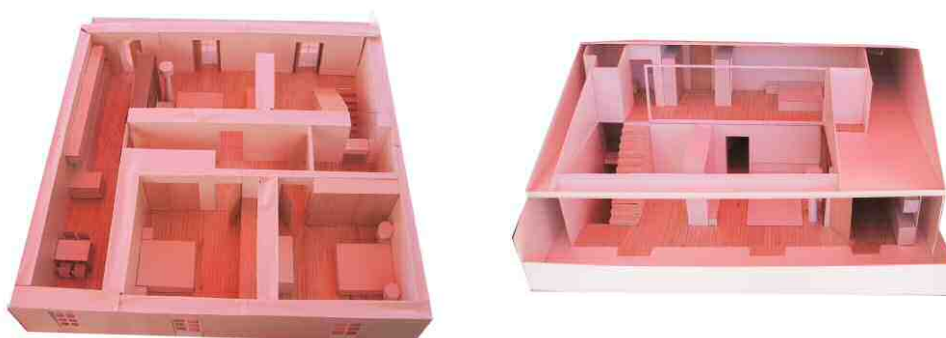
O sótão é dividido por paredes feitas de madeira, quase como criando divisões no espaço, todo ele em madeira com os barrotes e o assentamento da telha à vista, muito propício a criação de humidades. Podemos, ainda observar o teto em masseira de um dos quartos, também ele construído em madeira. As paredes estrutural em pedra natural à vista sem qualquer tipo de tratamento. A cobertura está bastante danificada e com diversas telhas partidas que permitem a entrada das águas da chuva. As

vigas de madeira que sustentam o telhado estão muito pouco seguras por barrotes ao alto, alguns deles já deformados devido ao peso e humidade.



**Figura 19 - Levantamento fotográfico.**

Foi, ainda realizada uma maquete para melhor percepção do espaço e dimensões, vem como traduzir o projeto para um formato em três dimensões.



**Figura 20- Maquete habitação.**

## 8.2. Descrição do espaço comercial

Espaço comercial com cerca de 21m quadrados, com uma entrada e duas montras. Este espaço encontra-se bastante danificado devido à humidade. Tem um teto falso que será retirado e colocado um novo, devido à sua extensa altura e depois de retirado ficará com dois pés direitos diferentes. As paredes com estuque pintadas de branco e o pavimento em cerâmico com alguns mosaicos partidos.

A montra está virada para uma rua principal, Rua Mouzinho Magro.

As escadas de acesso aos arrumos e casa de banho, tem apenas 65cm de largura.

Estas escadas vão ser todas escavadas com acompanhamento arqueológico para ficar ao nível do resto da loja, isto porque a altura dos arrumos é de apenas 2m de altura e com cerca de 4.46m quadrados.

A casa de banho tem uma altura de apenas um 1.70cm e um 1.37cm quadrados. Ambos os espaços são todos revestidos a cerâmico branco.

Estes dois espaços serão rebaixados ao nível da loja e vão culminar em apenas uma divisão, que é a casa de banho.

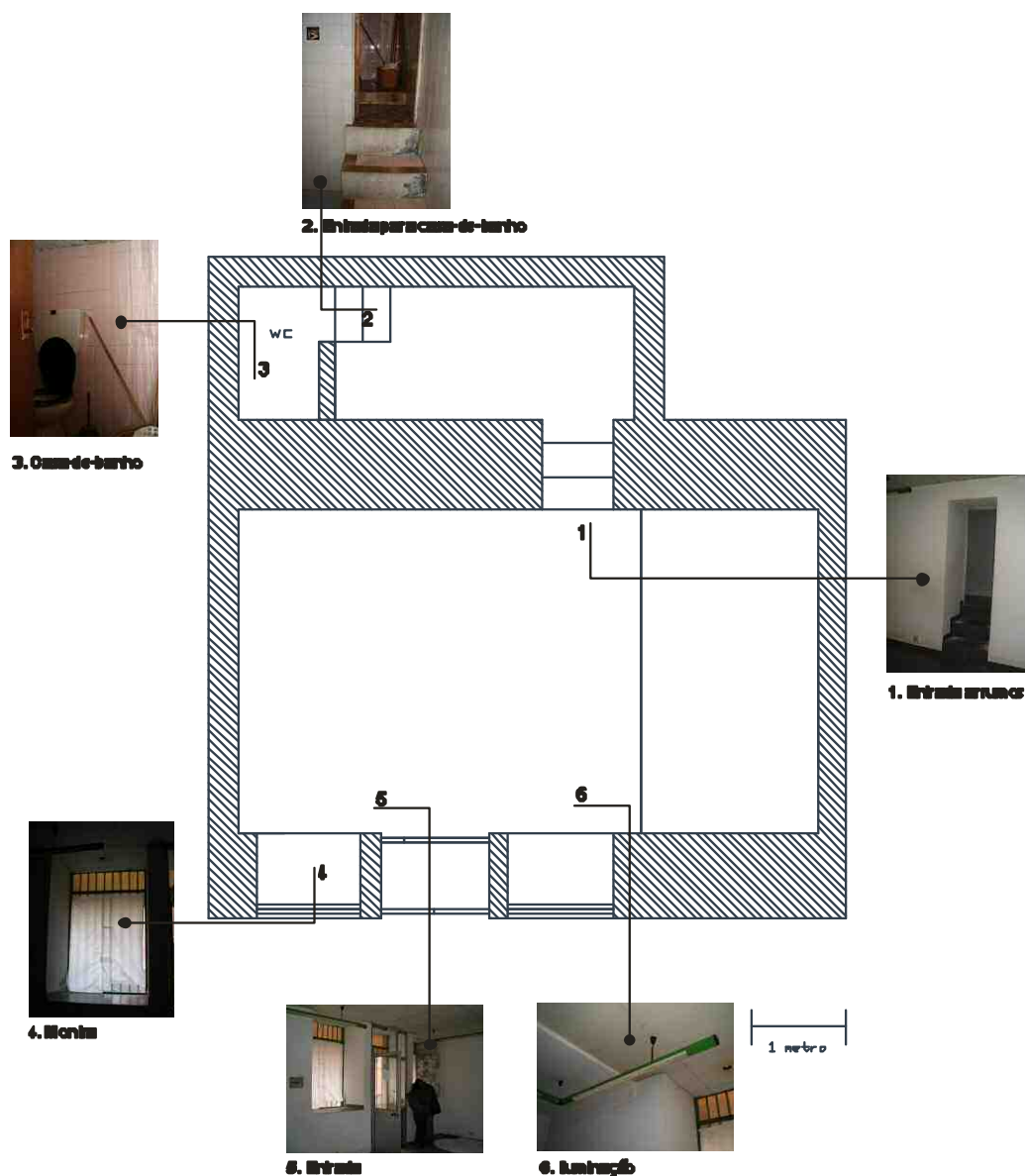


Figura 21- Levantamento fotográfico.

Foi, ainda realizada uma maquete para melhor percepção do espaço e dimensões, vem como traduzir o projeto para um formato em três dimensões.



**Figura 22 - Maquete de espaço comercial.**

## 9. Investigação específica sobre acessibilidades

A execução de propostas de acessibilidades nos projetos, é um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, tal como um direito de qualquer cidadão. Sendo assim, é necessário cada vez mais sensibilizar as pessoas para esta questão, principalmente engenheiros, arquitetos e designers, visto serem os mais próximos das áreas de construção.

Quando se projeta um equipamento ou espaço, é necessário verificar se este se adequa, também, a pessoas com necessidades especiais, ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras ambientais, impeditivas de uma participação cívica ativa e integral, resultante de fatores permanentes ou temporários de deficiência de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.

Deste grupo de pessoas fazem parte pessoas com mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como grávidas, crianças e os idosos.

Segundo a Constituição da República Portuguesa, é obrigação do estado a melhoria do bem-estar e qualidade de vida da população de igual modo, como se refere a alínea d) do artigo 9º e artigo 13º, vêm como, a reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiências e de apoio às suas famílias.

Foi no séc. XVII, que o Governo Constitucional, apresentou no seu Programa o combate à exclusão de grupos da sociedade portuguesa, grupos esses de pessoas com mobilidade condicionada, que quotidianamente têm de se confrontar com múltiplas barreiras impeditivas de exercer os seus direitos de cidadania.

Para regular esta situação surge o Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio, que visa a “eliminação de barreiras urbanística e arquitetónicas nos edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública”.

Oito anos depois, aprova-se um novo Decreto, uma solução de continuidade com o anterior e corrigindo as imperfeições nele constatadas. Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, de acessibilidades, alargado aos “edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais”, visando a construção de um sistema global coerente e ordenado e suscetível de proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada condições iguais do resto da população.

Neste novo Decreto, foram introduzidas novas técnicas aplicáveis especificamente aos edifícios habitacionais, essencialmente para evitar a entrada de novos edifícios não acessíveis no parque do edificado português. Visando, assim, a não realização de urbanizações, loteamentos e as construções de novas edificações que não cumpram os requisitos de acessibilidades.

A abertura de qualquer estabelecimento público é licenciada pelas entidades competentes, quando está dentro das conformidades, quando o mesmo não acontecer, devem ser indeferidos. Sempre que por algum motivo haja uma exceção, é obrigatório fundamentar devidamente tal exceção, a anexação da justificação ao processo e, adicionalmente, a publicação em local próprio para o efeito.

As coimas são mais elevadas do que no diploma anterior, para uma maior cooperação nas normas de acessibilidades, responsabilizando assim os diversos agentes que intervieram no decurso da obra.

Este Decreto consiste, ainda, na atribuição de um papel ativo na defesa dos interesses dos cidadãos com necessidades especiais e organizações não-governamentais representativas dos mesmos, pois são os principais interessados no cumprimento das normas. Logo, procurou conceder-lhes o instrumento de fiscalização e de imposição das mesmas.

Com isto, é de realçar que é da obrigação de cada um, garantir que estas normas são executadas, porque nunca se sabe se de futuros não nos farão falta.

## 9.1. Acessibilidades na zona histórica de Castelo Branco

A Zona Histórica de Castelo Branco sofre de inúmeras deficiências estruturais no que diz respeito a questões de acessibilidades, porque nem as ruas nem os edifícios estão preparados para uma eficaz circulação de qualquer pessoa, seja ela, sem qualquer tipo de problema de mobilidade, e muito menos de pessoas com mobilidade condicionada.

Isto porque as ruas são muito estreitas e sem passeios, e quando da passagem de carros as pessoas ficam quase sem espaço para se desviar. Pode-se, ainda, destacar a carência de parques de estacionamento, bem como espaços de lazer.

Relativamente aos interiores, visto serem habitações e espaços comerciais antigos, são espaços bastante limitados em relação ao espaço, ou seja, são casas muito pequenas e com um nível de acessibilidades muito reduzido, em que dificilmente pode ser corrigido o espaço. Isto porque praticamente todas as paredes são mestras e não se podem mexer para alargamento de um corredor ou união de espaços pequenos e, ainda, as poucas entradas de luz, que limitam a disposição de divisões com aproveitamento de luz solar, em que o facto de as ruas serem estreitas, também não ajuda a essa entrada de luz.

Um dos exemplos em que as acessibilidades deveriam ser mais acessíveis e não é o caso, é no café dos antigos combatentes, na Rua de Santa Maria. Isto porque é um café mais frequentado por combatentes de guerra, alguns deles, com mobilidade reduzida, devido à guerra, e nem esse café foi adaptado aos mesmos.

## 9.2. Habitação

Na decorrer deste projeto, deparei-me com enormes lacunas no que diz respeito às acessibilidades. Isto, devido ao facto de se tratar de uma habitação antiga situada na Zona Histórica de Castelo Branco. Como tal, e indo ao encontro da minha principal preocupação, tentei colmatar todos os obstáculos de acessibilidades implícitas neste projeto, de acordo com o Decreto-Lei 163/2006, de 8 de Agosto (Apêndice EIII).

A primeira situação com o qual me deparei logo na primeira visita, foi o facto da escadaria principal da entrada não respeitar as normas, no que diz respeito:

- À largura dos lanços, patins e patamares das escadas, que apenas tinham 1m da largura, quando deveria ter, pelo menos, um 1.20cm;
- A profundidade (cobertor) dos degraus das escadas que tinham 25cm, quando deveriam ter, pelo menos, vinte e oito centímetros;
- A altura (espelhos) dos degraus era de 20cm, quando não devia ter mais de 18cm.

Isto tudo junto, fazia com que os degraus fossem muito estreitos e muito inclinados de subir.

Outro problema, ainda com o propósito de chegar a casa era a falta de elevador, rampa, ou plataforma elevatória, visto ser um segundo andar.

Para resolver esta situação projetei a instalação de uma cadeira elevatória sobre as escadas, que é rebatível, de modo a permitir o uso de toda a largura das escadas quando a plataforma não está a ser utilizada.

Havia ainda algumas irregularidades como;

- Corredores e outros espaços de circulação horizontal que tinham menos de 1.10cm;
- Espaço que deviam permitir a rotação de 360º da cadeira de rodas e não o permitiam;

- Não tinha uma instalação sanitária que permitisse a utilização de uma pessoa em cadeira de rodas;
- Portas dos sanitários com batentes para dentro.

Colmatei cada uma destas irregularidades, dando especial atenção a todas elas, porque todas elas são importantes para um bom funcionamento do espaço.

Mas estas lacunas ainda hoje existem em muitos outros espaços para além desta habitação, como podemos ver nos exemplos seguintes:

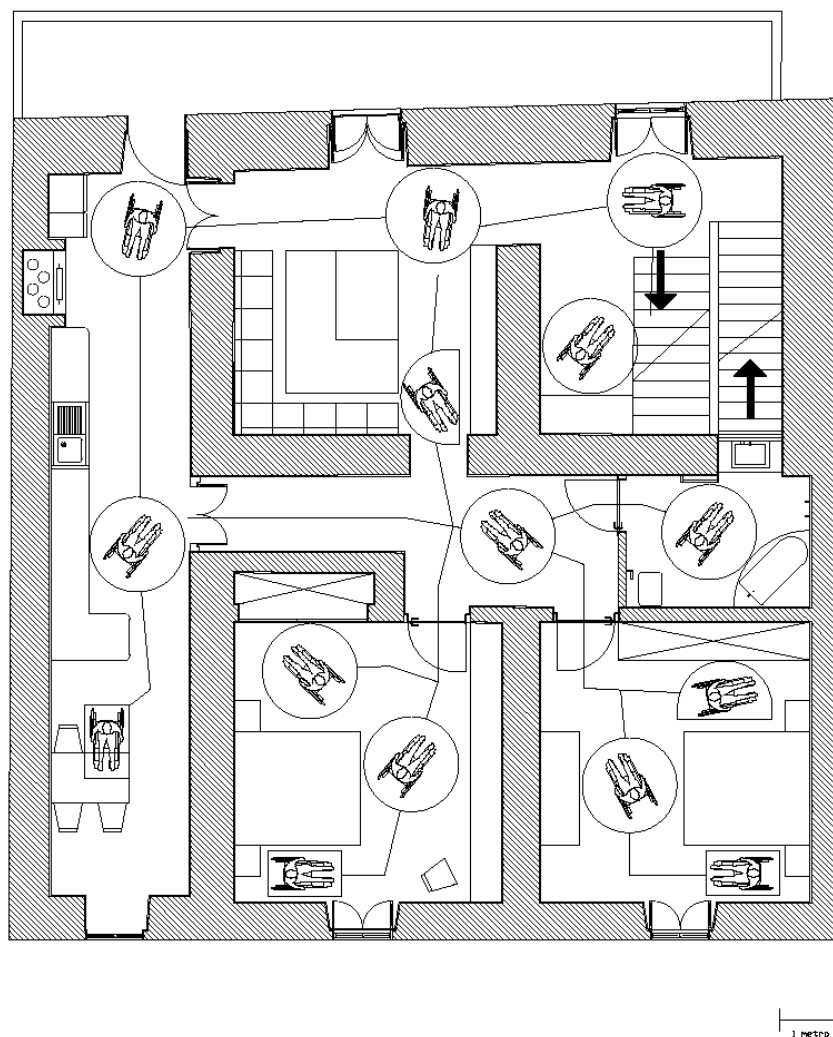


Figura 23- Planta de acessibilidades.

### 9.3. Espaço comercial

Tal como no projeto de habitação, o espaço comercial tem algumas falhas de acessibilidades.

Comparativamente à habitação, o acesso à loja era limitado por umas escadas na entrada, que impede a entrada na loja de uma pessoa em cadeira de rodas. Problemática, esta que não consegui resolver, visto que não podia mexer na fachada, nem conseguia colocar uma rampa de acesso à loja.

Continuei com outro problema de escadas dentro da loja, problema este que consegui resolver com o rebaixamento de nível do piso, permitindo uma livre circulação na loja sem o inconveniente de degraus e/ou patamares. Além disso, estas escadas davam acesso a uma casa de banho que também não tinha o pé direito adequado e que com o rebaixamento do piso também ficou beneficiado.

Mas estes não foram os únicos problemas destas passagens para a casa de banho. A sua entrada tinha apenas 70cm de passagem e era limitada por paredes-mestras, pelo que não se podiam alargar. A solução que desenvolvi para aqui, foi criar uma espécie de porta invisível que apenas tivesse fechadura e maçaneta por dentro, que para abrir é só necessário empurrar e ela depois fecha automaticamente sozinha com um sistema de mola.

## 10. Conceito e estruturação funcional

### 10.1. Habitação

A habitação quinhentista, nº15 da Rua Mouzinho Magro, caracteriza-se pelos seus espaços amplos, bem como as suas entradas de umas divisões para outras entraves de portas, a não ser os necessários.

Nota-se que esta habitação era de uma família com algumas posses financeiras devido à sua dimensão e devido à organização do espaço.

Isto porque existe um quarto muito pequeno logo na entrada, que provavelmente seguindo a linha da organização de casas antigas, deveria ser um quarto de empregada. Também a divisão assinalada como Quarto A, deveria ser um salão, isto devido ao teto em masseira que ainda se pode observar.

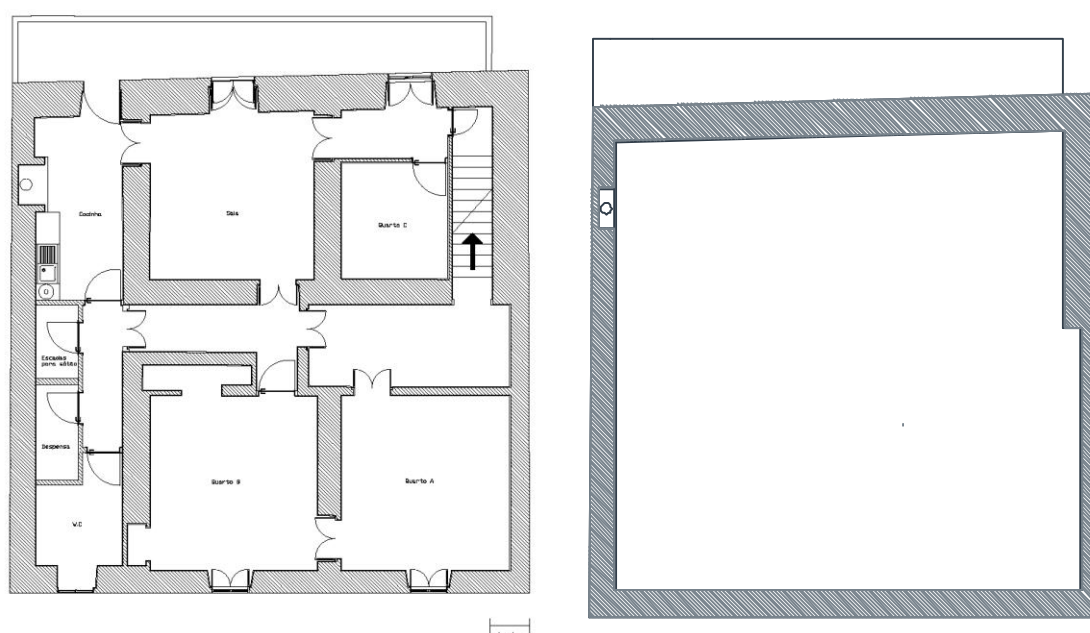


Figura 24- Planta atual.

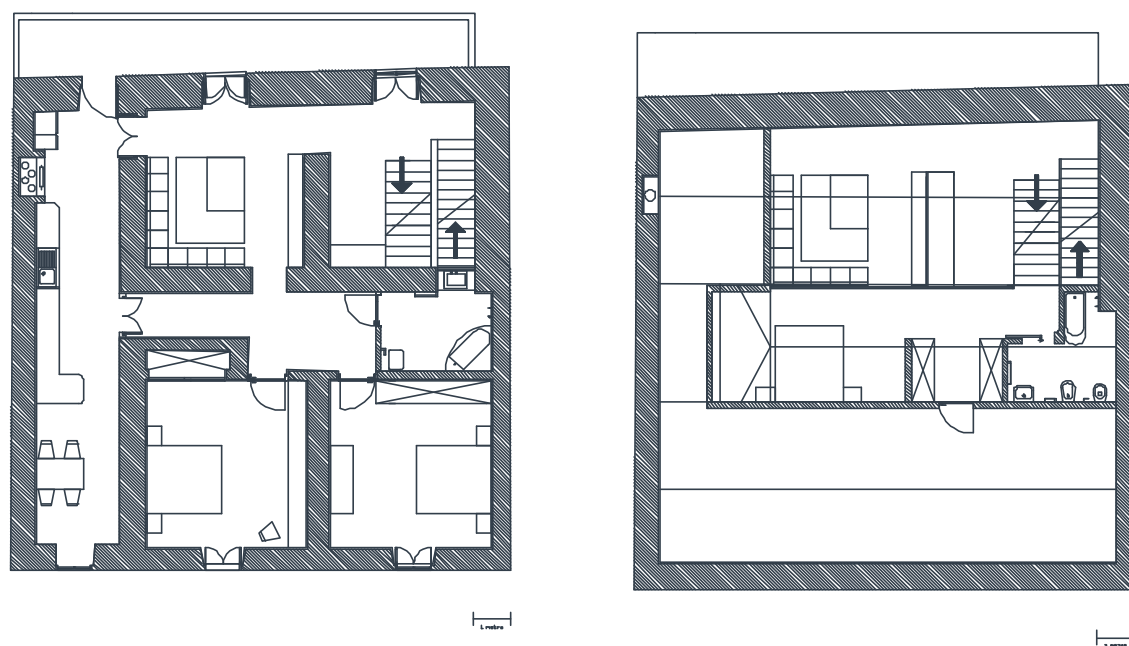
Como o objetivo deste projeto é adaptar esta habitação a um estilo de vida atual, exige algumas alterações de divisões, criando assim, um melhor aproveitamento do espaço.

Sendo assim, a habitação nº15 da Rua Mouzinho Magro, passa a ser constituída pelas seguintes divisões no 1º andar:

- 2 Quartos;
- 1 Casa de banho;
- 1 Sala;
- 1 Hall;
- 1 Cozinha com sala de jantar;
- Escadaria com acesso de mobilidade reduzida;

Seguindo a lógica de aproveitamento do espaço, visto que o sótão tem um pé direito bastante razoável, aproveitou-se para fazer uma suite com casa de banho e roupeiro.

Como se pode ver na fig.25, a habitação ficou com espaços mais amplos, mas ao mesmo tempo com uma maior lógica habitacional aos tempos atuais.



**Figura 25-** Planta da proposta

O acesso ao segundo andar da habitação quinhentista, nº15 da Rua Mouzinho Magro, é feito através de um acesso onde existe a possibilidade que incorporar uma cadeira elevatória caso seja necessário.

No hall de entrada tem umas novas escadas que dão acesso ao sótão, escadas estas que foram aproveitadas como arrumos. O hall de entrada por sua vez dá acesso à sala de estar que por sua vez dá acesso à cozinha e as divisórias dos quartos. Neste piso existe apenas uma casa de banho, com acesso a mobilidade reduzida.

O hall de entrada e a sala têm um duplo pé direito permitindo o aproveitamento da luz natural para outras divisões.

O sótão, foi aproveitado e transformado numa suite com vestiário e casa de banho. Este andar já não tem acesso a pessoas com mobilidade reduzida, porque segundo a lei só é necessário esta utilização a um andar se esse mesmo andar servir todas as necessidades de um indivíduo necessitado, o que é o caso desta habitação.

Esta suite, tem ainda a particularidade de servir de mezanine, com vista para a sala e o hall de entrada, através de um envidraçado. Este consegue manter a privacidade visto que apenas é visível da suite para o andar de baixo, caso contrario só se vê um vidro escuro.

Esta habitação caracteriza-se pelos seus espaços amplos, bem como as suas entradas de luz permitindo o seu aproveitamento de umas divisões para outras sem diversos entraves de portas, a não ser os necessários.

Este projeto está preparado para a receção de habitantes com mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como grávidas, crianças e os idosos. Não só a nível espacial da habitação, bem como nos equipamentos escolhidos para a casa.

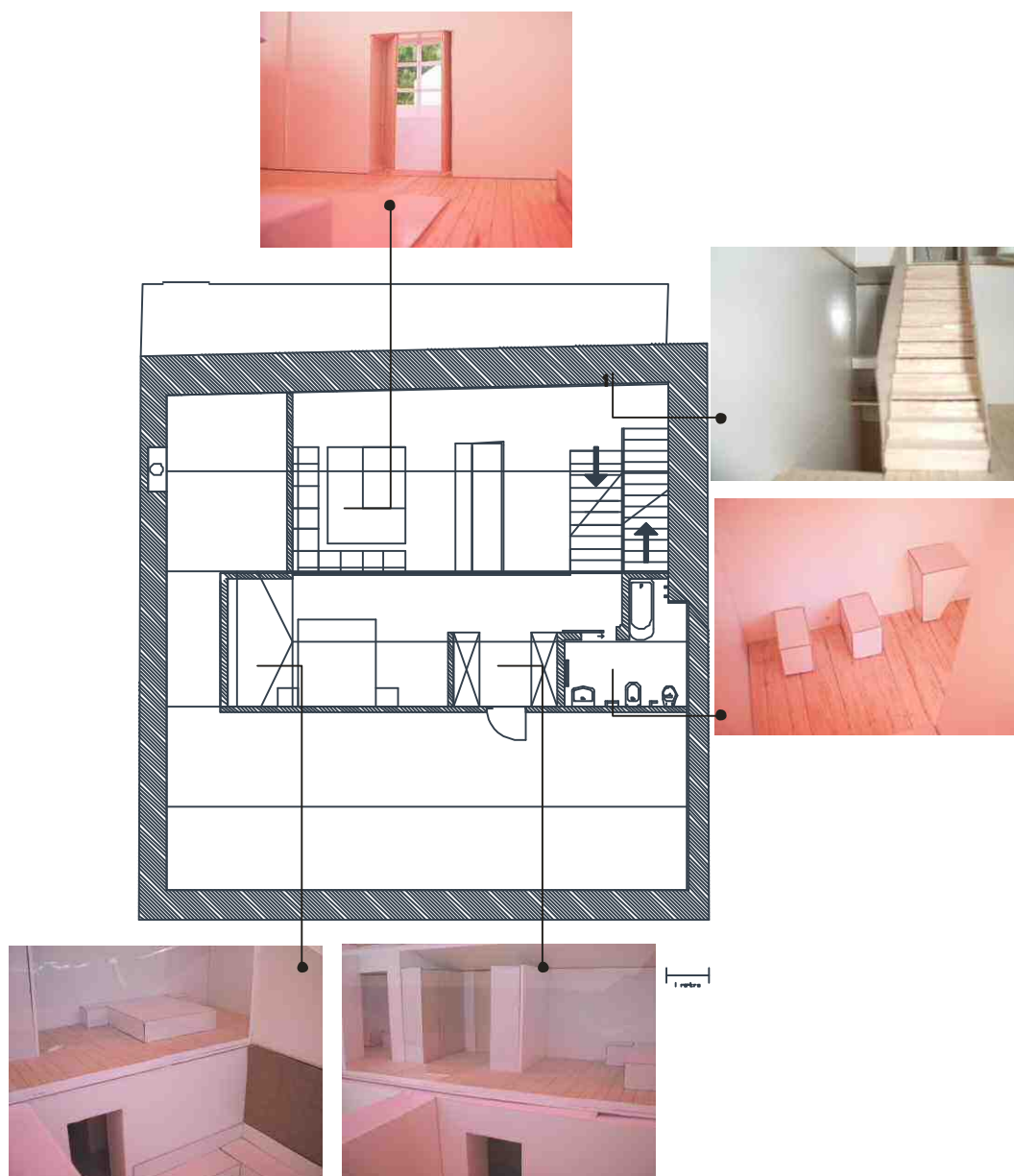
Como é o exemplo da cozinha, preparada para habitantes com mobilidade condicionada, visto ser toda com abertura ao toque e com ecrãs ligeiramente inclinados para facilitar a sua leitura.

A entrada tem acesso também ao piso dois através de uma escada com largura de 1m e com arrumação por baixos das mesmas para melhor aproveitamento do espaço.

Para uma melhor percepção do espaço, realizei ainda uma maquete em pvc, acrílico e balsa, visto serem materiais mais resistentes e que dão uma melhor percepção do espaço através de uma visualização 3D.



**Figura 26 - Maqueta da habitação - 1ºandar.**



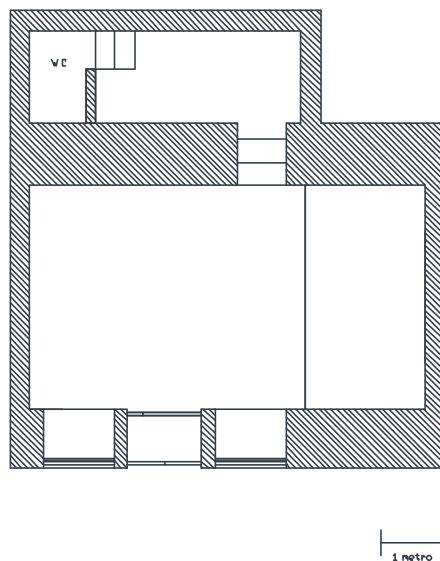
**Figura 27** - Maqueta da habitação - 2ºandar.

Para uma execução perfeita do projeto, este vai acompanhado das respetivas plantas (apêndice A – volume II), o caderno de encargos com todos os trabalhos especificados (apêndice AII – volume II), Folder (apêndice E – volume II) e a estimativa orçamental (apêndice EII – volume II) que é de 79.559,40€, que inclui todos os equipamentos fixos e móveis, bem como todos os trabalhos e mão-de-obra necessários para uma correta aplicação.

## 10.2. Espaço comercial

O espaço comercial da Rua Mouzinho Magro, trata-se de uma loja com espaços muito reduzidos e mal aproveitados. Isto porque existe um espaço amplo inicial em que existe uma escadas muito estreitas que dão acesso a uma espécie de cubículo, aparentemente de arrumação, que por sua vez dá

acesso a outra divisória ainda mais pequena que serve de casa de banho, onde apenas cabe uma sanita e que não tem altura necessária para ter uma pessoa de pé devido ao seu pé direito de apenas 1.50cm.

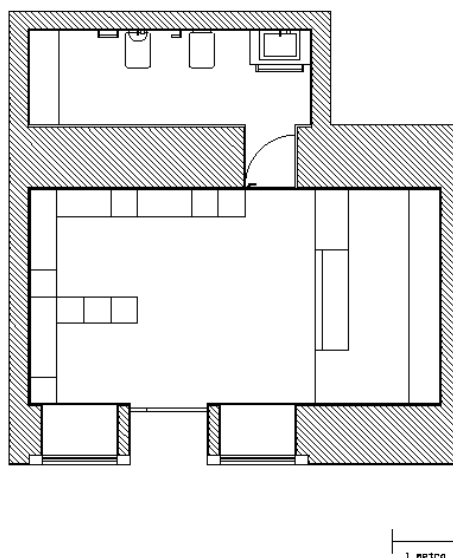


**Figura 28-** Planta atual.

O espaço comercial da Rua Mouzinho Magro, trata-se de uma loja de produtos regionais, com o nome “Sabores do Castelo” que comercializa, por exemplo, azeite, pão, queijos, compotas, entre outros possíveis candidatos.

Sendo assim, o Espaço Comercial da Rua Mouzinho Magro, passa a ser constituída pelas seguintes divisões.

- Montras;
- Zona de exposição de produtos;
- Zona de atendimento;
- Zona de armazenamento;
- Casa de banho.



**Figura 29 -** Planta proposta.

Seguindo a mesma lógica de aproveitamento do espaço, e atendendo à adaptação o mais possível ao nível das acessibilidades, a solução encontrada foi a de retirar a escadaria e rebaixar as restantes divisões ao nível da loja, escavação, esta, que terá de ser realizada com o acompanhamento

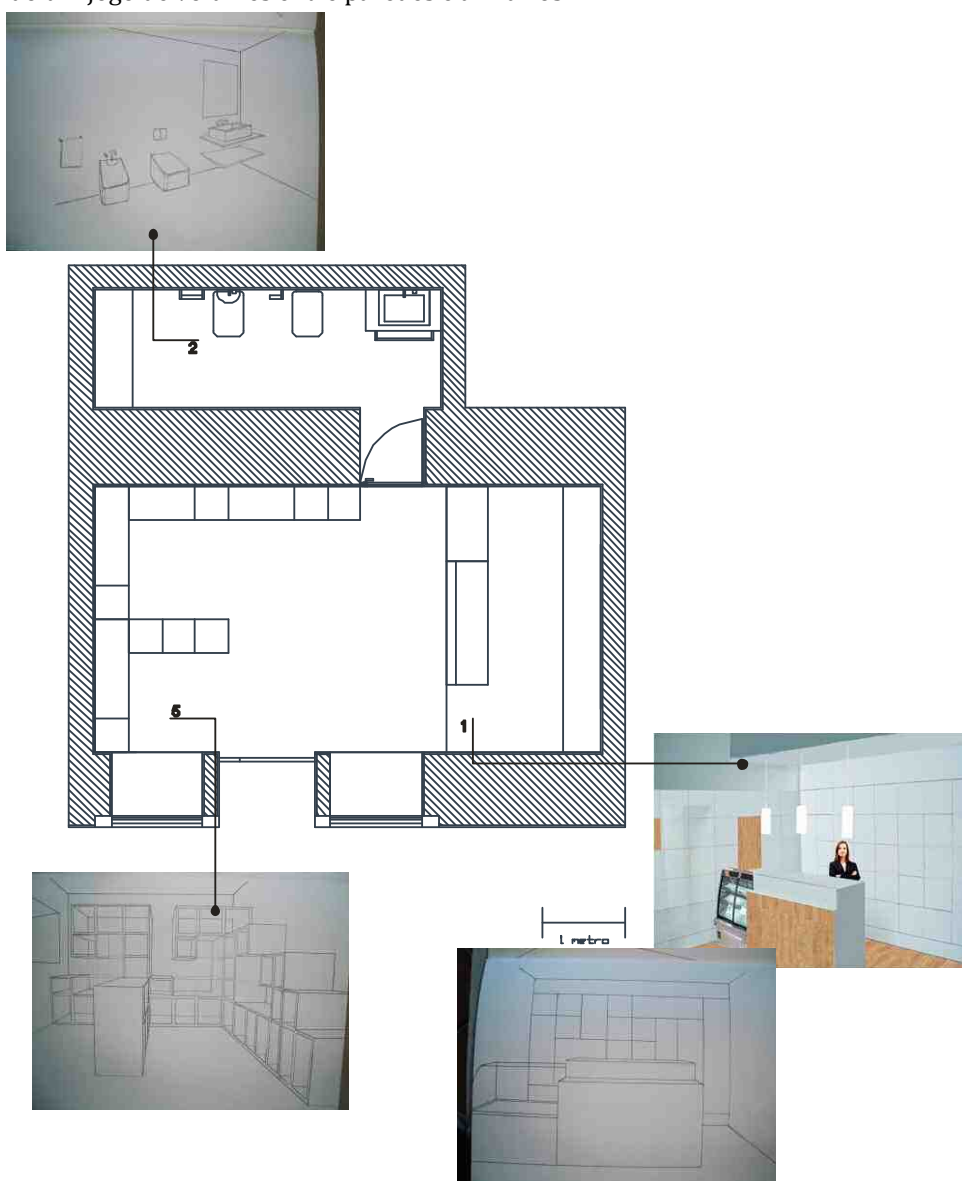
arqueológico e caso se encontre algum achado importante, deverá ser imediatamente parada continuar assim que possível.

Este rebaixamento vem por sua vez dar um pé direito dentro da lei à casa de banho, que antes disso não se encontrava.

Propõem-se a divisão da planta em duas partes. A divisão mais pequena é a casa de banho e a maior é onde se situa a exposição dos produtos e o balcão de atendimento, tal como um armário de armazenamento, disposta numa das paredes atrás do balcão de atendimento que percorre toda uma parede, que tem a particularidade de ser de abertura ao toque.

Este armário acaba por se tornar invisível visto que quase toda a loja é revestida com placas de mdf lacado branco e algumas de cortiça, com o mesmo formato do armário, com a exceção da parede de entrada e montras. Armário, este, que por sinal tem o formato dos armários onde estão expostos os produtos.

Todo o equipamento da loja é inspirado nas muralhas do Castelo, tal como o respetivo logótipo da loja, criando um jogo de volumes entre paredes e armários.



**Figura 30 - Descrição do espaço.**

Para uma melhor perceção do espaço, realizei ainda uma maquete em pvc, acrílico e balsa, visto serem materiais mais resistentes e que dão uma melhor perceção do espaço através de uma visualização 3D.



**Figura 31** - Maqueta do espaço comercial.

Para uma execução perfeita do projeto, este vai acompanhado das respetivas plantas (apêndice AI – volume II), o caderno de encargos com todos os trabalhos especificados (apêndice AV – volume II), Folder (apêndice EI – volume II) e a estimativa orçamental (apêndice EIII – volume II) que é de 10.465,85€, que inclui todos os equipamentos fixos e móveis, bem como todos os trabalhos e mão-de-obra necessários para uma correta aplicação.

## 11. Linguagem, materiais e acabamentos

### 11.1.Habitação

Para acentuar a luminosidade, a escolha das cores incide nos brancos para a estrutura da casa e praticamente todos os equipamentos e tonalidades de castanhos nos pavimentos que são em madeira e cerâmicos que imitam a madeira em toda a casa e algumas paredes com pedra natural. Todos os apontamentos de cor são dados pelos objetos.

Esta escolha de materiais permite um relacionamento do passado com o presente, tal como, um espaço mais agradável à sua utilização.

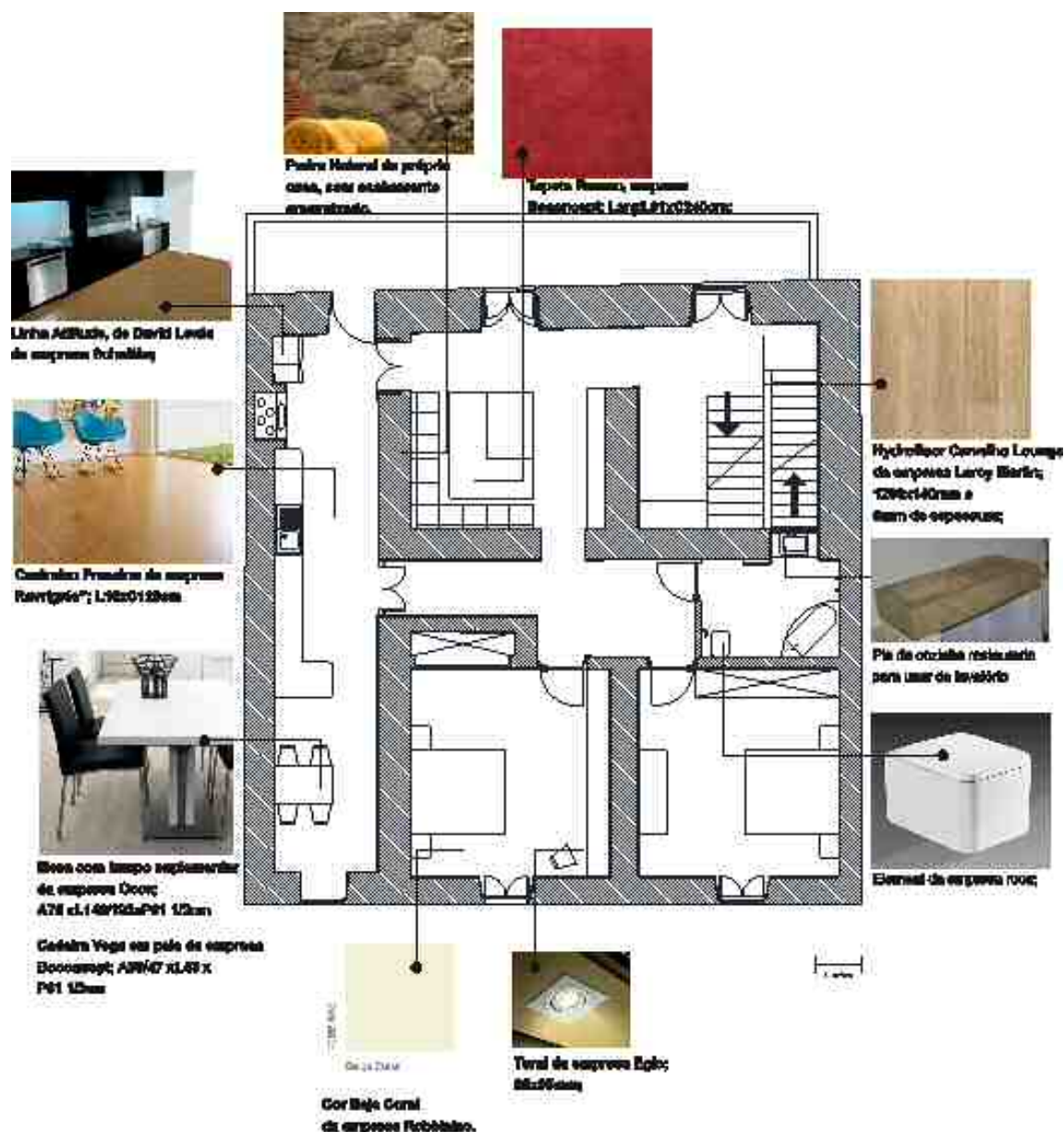
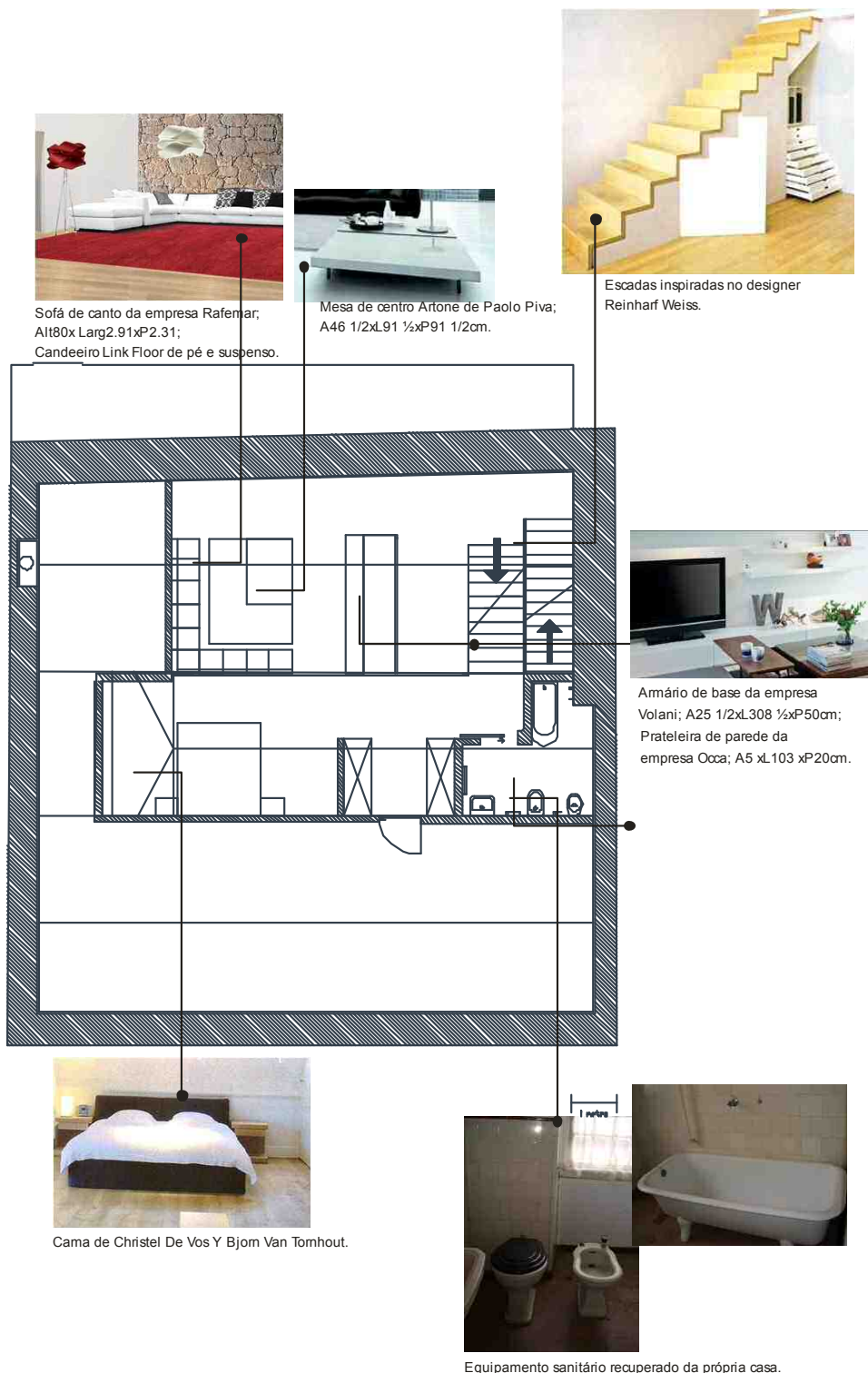


Figura 32 - Linguagem, materiais e acabamentos - 1ºandar.

Existe uma ligação dos espaços, como por exemplo a ligação do hall de entrada com a sala, que é feita através do duplo pé direito de ambos os espaços com o envidraçado da mesanina que os atravessa.

Outro exemplo disso é a sala relacionada com a cozinha através da parede de pedra que vai da sala até à cozinha e percorrendo-a ao longo da sala de jantar.

O relacionamento entre épocas é ainda especificado na reutilização dos únicos equipamentos que existiam na casa. Como é o caso das loiças sanitárias bastante antigas que passaram para a casa de banho da suite no 2º andar visto não serem adaptadas a mobilidade reduzida. Outro caso de reutilização é a pia da cozinha que por sua vez passou para a casa de banho do 1º andar e adaptando-se como lavatório.



**Figura 33 - Linguagem, materiais e acabamentos - 2º andar.**

Relativamente ao quarto A podemos ainda destacar o teto em masseira, também ele recuperado e de fácil manutenção, visto que no 2º andar, existe uma porta disfarçada de espelho no roupeiro que dá acesso ao resto do andar cujo pé-direito é de 2m no máximo, e que serve apenas para a manutenção do teto de masseira e do telhado.

## 11.2. Espaço comercial

A escolha da cor recai sobre o branco e os castanhos da cortiça para apenas dar destaque aos produtos expostos e mantendo um espaço simples e elegante.

Existe uma ligação do espaço que é dado através do armário de armazenamento cujo formato percorre toda a loja através de placas de mdf, com a exceção da parede de entrada. Estas formas do armário e das placas de mdf são ainda evidenciadas através dos armários expositivos que dão a sensação que saem das paredes provocando um jogo de volumes.

A cortiça além de ser utilizada pontualmente na parede intercalada com o mdf também é utilizada no balcão de atendimento. Além do efeito visual, esta também absorve o som. Sendo assim, para além da venda de produtos regionais, esta loja também é feita com materiais regionais.

Relativamente ao pavimento, este é de madeira, tal como nas lojas da zona histórica de Castelo Branco, assim como pode observar numa visita às mesmas.

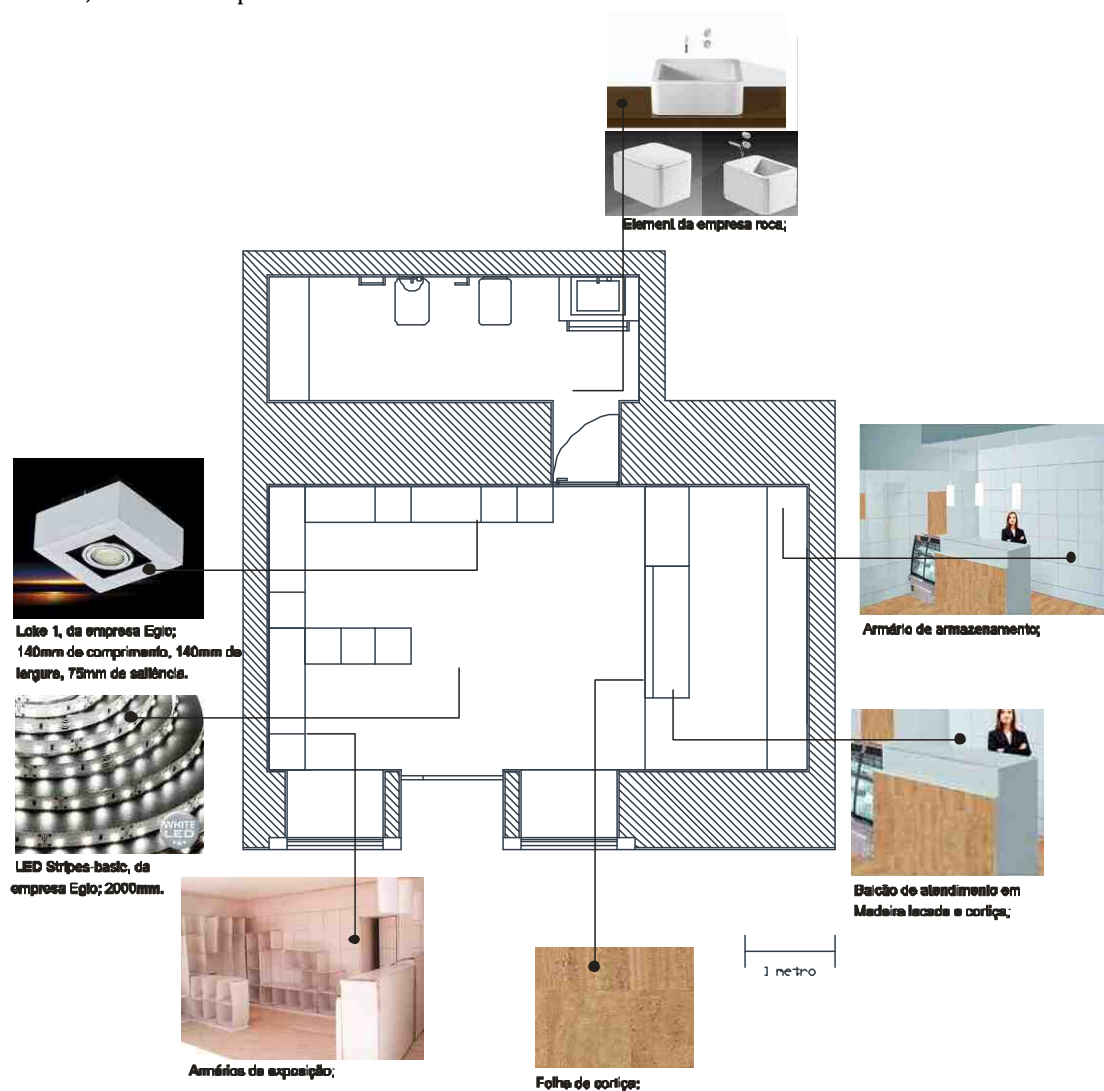


Figura 34 - Linguagem, materiais e acabamentos - espaço comercial.

Quanto à iluminação, temos a natural que vem das montras e a artificial que é dada através de leds embutidos no teto falso e de uma fita led situada nas sancas do mesmo. Isto no que diz respeito à zona de exposição. Quanto à zona de atendimento é feita através de três candeeiros pendentes, cuja suspensão pode ser movida e deslocada na direção do balcão de atendimento.

## 12. Conclusão

Todas as expectativas que tinha, não só em relação ao projeto, mas também a nível pessoal, foram superadas, apesar de não estar à espera de inúmeros obstáculos que foram surgindo ao longo do percurso, os que apareceram consegui dominá-los de forma eficaz e seguir em frente.

Como foi o caso da falta de acessibilidades, visto ser uma habitação antiga, onde não tinham sido estudadas quaisquer tipos de questões de acessibilidades na sua construção inicial, já que foi construída antes da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio.

Adquiri ainda uma panóplia de conhecimento na área da reabilitação, bem como uma maior sensibilidade para a sua implementação e recuperação em espaços. Porque a maioria dos casos de restauros em Portugal acontecem no exterior, esquecendo muitas vezes o interior que tem tanta importância como os exteriores.

Logo, é necessário sensibilizar cada vez mais a população em geral para os restauros interiores e não só exteriores. Mas, acredito que mais cedo ou mais tarde isso irá acontecer, permitindo a criação de espaços atuais mas que preservem a nossa história.

A maior satisfação que tiro após a realização deste projeto é saber que quem habitar este espaço desfrutará de bem-estar e qualidade de vida. Seja ele um indivíduo saudável ou uma pessoa com mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como grávidas, crianças e os idosos.

## 13. Bibliografia

- **Aguar**, José; **Cabrita**, Reis; **Appleton**, João (2005) – Guia de Apoio à reabilitação de Edifícios Habitacionais – 2º volume, LNEC.
- **Appleton**, João (2003) – Reabilitação de Edifícios Antigos. Patologias e tecnologias de intervenção – Edições Orion.
- **Costa**, F. Pereira da (1930-1939) – Enciclopédia Prática da Construção Civil – caderno nº7, Edição de Autores.
- Decreto-Lei nº 140/2009, de 15 de Junho
- Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Agosto
- Decreto-Lei 13/1985 de 6 de Julho
- Decreto-Lei 107/2001 de 8 de Setembro
- **Gaspar**, J. (2000) – Castelo Branco 2020. Câmara Municipal de Castelo Branco
- Guia de Portugal da Fundação Calouste Gulbenkian.- Beira Alta e Beira Baixa
- **Henriques**, Fernando (2005) – A conservação do Património Histórico Edificado – LNEC
- **Magalhães**, M.R. (1992) – Espaços Verdes Urbanos. Direcção-Geral do Ordenamento do Território
- **Manso**, A. (2001) – Espaços Exteriores Urbanos Sustentáveis - Guia de Concepção Ambiental. Secretaria de Estado da Habitação
- **Moura**, Ana Luísa; **Machado**, Carlos; **Cruz**, Pedro (2010) – Casas Quinhentistas
- **Neves**, A.O. (1996) – PEC – Plano Estratégico da Cidade de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco
- Programa Pólis (2000) – Plano Estratégico de Castelo Branco. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

## 14. Webgrafia

- **Blog Castelo Branco Cidade** – Recolha de imagens: [www.castelobrancocidade.blogspot.pt](http://www.castelobrancocidade.blogspot.pt)
- **Camara Municipal de Castelo Branco** – Recolha de imagens e informação: [www.cm-castelobranco.pt](http://www.cm-castelobranco.pt)
- **IGESPAR**, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico: [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)
- Recolha de imagens e informação: <http://casavogue.globo.com>
- Recolha de imagens e informação: [www.toteser.com](http://www.toteser.com)
- Recolha de imagens e informação: <https://pousadasportugal.com>
- Recolha de imagens: [www.hotfrog.pt](http://www.hotfrog.pt)
- Recolha de imagens: [www.engenhariacivil.com](http://www.engenhariacivil.com)
- Recolha de imagens: <http://helio-lobes.blogspot.pt>
- Recolha de imagens: <http://outeirodocirco.blogspot.pt>
- Recolha de imagens e informação: [www.insuites.pt](http://www.insuites.pt)
- Recolha de informação: [www.oasrn.org/pdf\\_upload/rgeu.pdf](http://www.oasrn.org/pdf_upload/rgeu.pdf)

## 15. Webgrafia de figuras

- [www.cm-castelobranco.pt/index.php?link=cb2020\\_11](http://www.cm-castelobranco.pt/index.php?link=cb2020_11) – 11 de Junho de 2012
- <http://www.engenhariacivil.com/seminario-reabilitacao-de-estruturas-de-alvenaria-de-pedra> – 23 de Abril de 2012
- <http://www.hotfrog.pt/Empresas/RL-Servi-os-Gerais-de-Limpeza/Restaura-o-de-pavimentos-antigos-em-pedra-5053> – 13 de Março de 2012
- <http://helio-lobes.blogspot.pt/2010/03/limpeza-com-jacto-de-areia.html> – 9 de Abril de 2012
- <http://outeirodocirco.blogspot.pt/2010/09/campanha-2010-testemunhos.html> – 19 de Março de 2012
- <http://casavogue.globo.com/Interiores/noticia/2012/11/ordem-e-reformar-e-repaginar-decoracao.html> – 11 de Abril de 2013
- <http://www.insuites.pt/apartamentos.html> – 11 de Abril de 2013
- <http://www.pousadas.pt/historic-hotels-portugal/pt/pousadas/alentejo-hotels/pousada-do-crato/flor-da-rosa/pages/home.aspx> – 12 de Abril de 2013

## 16. Definições

**Dissonâncias** – todo o tipo de elementos que são colocados na fachada de edifícios.

**PNAI** – Plano Nacional de Ação para a Inclusão

**UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)** – Organização com sede em Paris que tem por missão a contribuição para a manutenção da paz e da segurança pela educação, pela ciência e pela cultura, bem como a colaboração entre nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.

# **Apêndices e Anexos**

(versão digital)